



**INSTITUTO LATINO-AMERICANO DE
ECONOMIA, SOCIEDADE E POLÍTICA (ILAESP)**
RELAÇÕES INTERNACIONAIS E INTEGRAÇÃO

A LÓGICA DA CIDADE GLOBAL EM ITAQUERA:
Uma análise a partir dos impactos da construção da Arena Corinthians

THIAGO MAKOTO YASUOKA

Foz do Iguaçu
2025



**INSTITUTO LATINO-AMERICANO DE
ECONOMIA, SOCIEDADE E POLÍTICA (ILAESP)
RELAÇÕES INTERNACIONAIS E INTEGRAÇÃO**

A LÓGICA DA CIDADE GLOBAL EM ITAQUERA:
Uma análise a partir dos impactos da construção da Arena Corinthians

THIAGO MAKOTO YASUOKA

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto Latino-Americano de Economia, Sociedade e Política da Universidade Federal da Integração Latino-Americana, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais e Integração.

Orientadora: Prof. Dra. Karen dos Santos Honório

Foz do Iguaçu
2025

THIAGO MAKOTO YASUOKA

A LÓGICA DA CIDADE GLOBAL EM ITAQUERA:

Uma análise a partir dos impactos da construção da Arena Corinthians

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto Latino-Americano de Economia, Sociedade e Política da Universidade Federal da Integração Latino-Americana, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais e Integração.

BANCA EXAMINADORA

Orientadora: Prof. Dra. Karen dos Santos Honório
UNILA

Prof. Dra. Laura Janaina Dias Amato
UNILA

Prof. Dr. Felipe Cordeiro de Almeida
UNILA

Foz do Iguaçu, 30 de julho de 2025.

Dedico este trabalho à Itaquera invisibilizada sob o brilho de um espetáculo global que não lhe pertencia.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à minha orientadora, professora Karen Honório, por dedicar tantas horas à concretização deste trabalho, pela orientação cuidadosa durante o estágio, por tornar o caminho da graduação menos tortuoso e mais possível, e por sua didática criativa, que aproximou teoria e realidade ao revelar, por meio da música e da cultura, outras formas de compreender o mundo.

Aos professores e integrantes da banca, minha sincera gratidão. À professora Laura Janaina, cuja atuação comprometida em programas e frentes voltadas à educação, à migração e aos direitos básicos fundamentais inspira a crença de que o conhecimento pode e deve transformar realidades. Ao professor Felipe Cordeiro, cuja leitura crítica, representatividade e força, somadas à valorização do pensamento nacional, enriqueceram minha formação, assim como a de tantos outros internacionalistas que tiveram a oportunidade de vivenciar seus ensinamentos.

À minha grande companheira de jornada, Chiara Goulart, que me ensinou o verdadeiro significado da amizade e me ajudou a me tornar uma pessoa mais inteira. Pelas horas de conversa, pelos conselhos, pela generosidade, foi meu porto seguro em Foz do Iguaçu e a lembrança viva de que o amor está nos detalhes.

Aos amigos de trajetória, por caminharem ao meu lado de tantas formas. Ao Kevin Mallorquín, parceiro de estágio, conversas e reflexões. Ao Cristian Camilo, o famoso “Chico”, por ter estado presente quando poucos estavam. Ao William Brito, por todo o apoio e cuidado com que me acolheu na cidade.

E, com carinho especial, dedico este trabalho à minha família, que me deu as condições e o suporte para que eu pudesse me dedicar aos estudos com tranquilidade. Aos meus pais, Mieko e Sussumu, pela dedicação, esforço e amor silencioso que sustentaram cada passo dessa jornada. Ao meu irmão Takeshi, por ser fonte de inspiração e apoio constante em todos os aspectos da vida.

A todas essas pessoas, meu mais profundo agradecimento, este trabalho também é de vocês.

*“A cidade, tal como está sendo produzida, é, antes
de tudo, a negação do direito à cidade.”*
Ermínia Maricato

RESUMO

Este estudo analisa como a construção da Arena Corinthians (Neo Química Arena), localizada em Itaquera, São Paulo, influenciou a projeção do bairro no cenário global. A pesquisa utiliza uma abordagem qualitativa, de caráter exploratório, fundamentada em revisão bibliográfica de autores nacionais e internacionais, utilizando bases acadêmicas como Portal CAPES, SciELO e Google Acadêmico, além de fontes complementares, como sites esportivos especializados. A pesquisa concentrou-se na análise das intervenções estruturais realizadas para a Copa do Mundo FIFA 2014, com o objetivo de identificar os benefícios gerados para a população local e avaliar se tais transformações podem ser interpretadas pensando em Itaquera a partir do conceito das cidades globais. Os resultados indicam que a construção da Neo Química Arena, articulada à realização do megaevento esportivo, impulsionou investimentos em mobilidade urbana, infraestrutura e equipamentos públicos na região, contribuindo para uma tentativa de revalorização do espaço periférico. A análise, embasada nos conceitos de cidade global, de Saskia Sassen, e de urbanização seletiva, de Milton Santos, evidenciou que a globalização impacta diretamente os espaços urbanos e que os megaeventos são frequentemente utilizados como instrumentos de projeção internacional e de desenvolvimento territorial estratégico sem necessariamente levar em conta as especificidades sociais dos territórios.

Palavras-chave: Itaquera; Cidade Global; Megaeventos Esportivos; Urbanização; Paradiplomacia.

RESUMEN

Este estudio analiza cómo la construcción de la Arena Corinthians (Neo Química Arena), ubicada en Itaquera, São Paulo, ha influido en la proyección del barrio en el escenario global. La investigación utiliza un enfoque cualitativo y exploratorio, basado en una revisión bibliográfica de autores nacionales e internacionales, utilizando bases de datos académicas como el Portal CAPES, SciELO y Google Scholar, así como fuentes complementarias como sitios web especializados en deportes. La investigación se centró en el análisis de las intervenciones estructurales realizadas para la Copa Mundial de la FIFA 2014, con el objetivo de identificar los beneficios generados para la población local y evaluar si estas transformaciones pueden ser interpretadas pensando en Itaquera en términos del concepto de ciudades globales. Los resultados indican que la construcción del Neo Química Arena, vinculada al megaevento deportivo, ha impulsado la inversión en movilidad urbana, infraestructuras y equipamientos públicos en la región, contribuyendo a un intento de revalorización del espacio periférico. El análisis, basado en los conceptos de ciudad global de Saskia Sassen y urbanización selectiva de Milton Santos, demostró que la globalización tiene un impacto directo en los espacios urbanos y que los megaeventos se utilizan a menudo como instrumentos de proyección internacional y desarrollo territorial estratégico sin tener necesariamente en cuenta las especificidades sociales de los territorios.

Palabras clave: Itaquera; Ciudad Global; Megaeventos deportivos; Urbanización; Paradiplomacia.

ABSTRACT

This study analyzes how the construction of the Corinthians Arena (Neo Química Arena), located in Itaquera, São Paulo, influenced the projection of the neighborhood on the global stage. The research uses a qualitative, exploratory approach, based on a bibliographic review of national and international authors, using academic databases such as CAPES Portal, SciELO and Google Scholar, as well as complementary sources such as specialized sports websites. The research focused on analyzing the structural interventions carried out for the 2014 FIFA World Cup, with the aim of identifying the benefits generated for the local population and assessing whether these transformations can be interpreted by thinking of Itaquera from the concept of global cities. The results indicate that the construction of the Neo Química Arena, linked to the mega-sporting event, boosted investments in urban mobility, infrastructure and public facilities in the region, contributing to an attempt to revalorize the peripheral space. The analysis, based on the concepts of the global city by Saskia Sassen and selective urbanization by Milton Santos, showed that globalization has a direct impact on urban spaces and that mega-events are often used as instruments of international projection and strategic territorial development without necessarily taking into account the social specificities of the territories.

Key words: Itaquera; Global City; Sports Mega-events; Urbanization; Paradiplomacy.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Linha 3-Vermelha do Metrô, conexão da zona oeste à zona leste de São Paulo.	34
Figura 2 – Estádio Alfredo Schürig, a “Fazendinha”.	52
Figura 3 – Terreno em Itaquera concedido ao Corinthians.	53
Figura 4 – Planta da Estação Corinthians-Itaquera e ao lado antigo projeto do estádio.	53
Figura 5 – Neo Química Arena com arquibancadas móveis no setor norte e sul superior.	54
Figura 6 – Neo Química Arena, atualmente, sem as arquibancadas móveis.	55
Figura 7 – Projeto do Polo Institucional Itaquera.	61
Figura 8 – Unidade de Pronto Atendimento (UPA) no Polo Institucional de Itaquera, São Paulo.	61
Figura 9 – Passarelas que conectam as estações Artur Alvim e Corinthians-Itaquera ao estádio.	62
Figura 10 – Composição da Subprefeitura de Itaquera	66

LISTA DE ABREVIATURAS

ALCA	Área de Livre Comércio das Américas
B3	Brasil, Bolsa, Balcão
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
BM&FBOVESPA	Bolsa de Mercadorias&Futuros da Bolsa de Valores de São Paulo
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
BRICS	Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul e outros Estados)
CAF	Banco de Desenvolvimento da América Latina
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CBF	Confederação Brasileira de Futebol
CET	Companhia de Engenharia de Tráfego
COHABS	Companhias de Habitação Popular
COI	Comitê Olímpico Internacional
COL	Comitê Organizador Local
CPETUR	Companhia Paulista de Eventos e Turismo
CPTM	Companhia Paulista de Trens Metropolitanos
CSNU	Conselho de Segurança das Nações Unidas
EMBRAESP	Empresa Brasileira de Estudos de Patrimônio
FHC	Fernando Henrique Cardoso
FIFA	Federação Internacional de Futebol
FONPLATA	Fundo Financeiro para o Desenvolvimento da Bacia do Prata
G4	Grupo composto por Brasil, Alemanha, Índia e Japão
GaWC	Globalization and World Cities Research Network
GE	Globo Esporte
IA	Iniciativa para as Américas
IBAS	Fórum de Diálogo Índia-Brasil-África do Sul
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IGP-M	Índice Geral de Preço - Mercado
IPTU	Imposto Predial e Territorial Urbano
ISS	Imposto Sobre Serviço
ITBI-IV	Imposto sobre a Transmissão de Bens e Imóveis - “Inter Vivos”
Metrô	Companhia Metropolitano de São Paulo
MERCOSUL	Mercado Comum do Sul

NAFTA	Acordo de Livre Comércio da América do Norte
NYSE	New York Stock Exchange
OD	Origem e Destino (Companhia do Metropolitano de São Paulo)
OMC	Organização Mundial do Comércio
ONU	Organização das Nações Unidas
OUCJP	Operação Urbana Consorciada Rio Verde-Jacu
PEB	Política Externa Brasileira
PIB	Produto Interno Bruto
PM	Polícia Militar
PMCMV	Programa Minha Casa Minha Vida
PSD	Partido Social Democrático
PUB	Plano Urbanístico Básico
SCIELO	Scientific Electronic Library Online
SMRI	Secretária Municipal de Relações Internacionais
TCC	Trabalho de Conclusão de Curso
UPA	Unidade de Pronto Atendimento
VGCV	Valor Geral de Vendas
ZEIS	Zonas Especiais de Interesse Social

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	13
2 DINÂMICAS URBANAS E ESTRATÉGIAS DE PROJEÇÃO.....	16
2.1 A PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO NA GLOBALIZAÇÃO.....	19
2.2 A CIDADE GLOBAL DE SÃO PAULO.....	23
2.3 PARADIPLOMACIA E PROJEÇÃO INTERNACIONAL.....	27
2.4 A FORMAÇÃO PERIFÉRICA DE ITAQUERA.....	31
3 A POLÍTICA POR TRÁS DOS MEGAEVENTOS ESPORTIVOS.....	37
3.1 POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA E MULTILATERALISMO.....	38
3.2 MEGAEVENTOS ESPORTIVOS.....	43
3.3 A INTERVENÇÃO DA COPA DO MUNDO 2014 EM SÃO PAULO.....	48
4 AVALIAÇÃO DOS LEGADOS E SEUS IMPACTOS.....	58
4.1 A TRANSFORMAÇÃO DE ITAQUERA APÓS A COPA.....	58
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	70
REFERÊNCIAS.....	73

1 INTRODUÇÃO

A presente pesquisa se propõe a analisar como a construção da Arena Corinthians, atual Neo Química Arena, se tornou um marco de transformação para o bairro de Itaquera, na Zona Leste de São Paulo, e de que forma esse projeto se encaixa na lógica das cidades globais. A arena não foi apenas um equipamento esportivo; ela simbolizou uma tentativa de inserção de uma região periférica no circuito internacional, aproveitando a visibilidade do megaevento da Copa do Mundo FIFA 2014. Nesse sentido, a hipótese central do estudo é que a construção da Arena Corinthians impactou significativamente as dinâmicas sociais, urbanas e simbólicas de Itaquera, articulando o bairro a um projeto de cidade global que extrapola os limites territoriais locais.

Partindo desse contexto, o objetivo geral é identificar e analisar as principais transformações ocorridas em Itaquera após a realização da Copa de 2014. Para isso, definiram-se três objetivos específicos: primeiro, investigar as intervenções estruturais realizadas para sediar o megaevento; segundo, verificar quais dessas intervenções representaram benefícios concretos para a população local; e terceiro, discutir se tais mudanças são suficientes para posicionar Itaquera dentro do modelo de cidade global, segundo os parâmetros teóricos de autores como Saskia Sassen e Milton Santos.

A relevância do tema se apoia na necessidade de compreender como os megaeventos esportivos, em especial a Copa do Mundo, afetam territórios historicamente negligenciados. Ao se instalarem em áreas periféricas, essas iniciativas muitas vezes reproduzem lógicas excludentes ou seletivas de urbanização, ao mesmo tempo em que prometem desenvolvimento, modernização e integração. A pesquisa se justifica, portanto, pela importância de examinar se as promessas de transformação urbana e inclusão social se concretizaram em Itaquera, e se elas efetivamente alteraram a condição de marginalidade do bairro dentro do contexto metropolitano paulistano.

Para sustentar essa análise, o marco teórico parte da concepção de espaço urbano como algo socialmente produzido, marcado por conflitos, interesses diversos e pela fragmentação. Corrêa (1995) define o espaço urbano como resultado da justaposição de usos distintos da terra, residenciais, industriais, comerciais, de lazer, refletindo as tensões entre capital e planejamento público. Já Santos (1985) propõe

que o espaço seja compreendido como uma instância social complexa, cuja produção está diretamente relacionada às dinâmicas econômicas, políticas e culturais. Assim, a cidade não é neutra, tampouco homogênea configura-se como uma arena de disputas que materializa desigualdades e escolhas políticas.

Nesse sentido, a escolha de São Paulo como sede da abertura da Copa de 2014 não foi aleatória. Pois, a maior metrópole da América Latina, com seu peso econômico e simbólico, reunia condições para projetar o Brasil ao mundo e, dentro dela, Itaquera foi o território eleito para receber o novo estádio. A decisão de construir a arena na Zona Leste se insere numa tentativa de descentralização e inclusão, remetendo ao chamado “legado urbano” que eventos como as Olimpíadas de Barcelona de 1992 deixaram. A expectativa era de que a infraestrutura gerada pelo evento catalisaria um ciclo de desenvolvimento urbano, social e econômico.

A publicação "Legado de Megaeventos Esportivos" (2008) aponta que a estruturação de políticas públicas voltadas à infraestrutura e à prática esportiva deve estar centrada em investimentos perenes, especialmente em regiões periféricas. Assim, a construção da Arena Corinthians em Itaquera se alinha à tentativa do Estado de investir em áreas historicamente negligenciadas, oferecendo equipamentos urbanos e serviços públicos que promovam justiça social e integração territorial.

No plano teórico, o conceito de cidade global de Sassen (2007) é fundamental. A autora entende as cidades globais como centros estratégicos da economia mundial, conectando fluxos de capital, trabalho, informação e cultura. Por essa razão, os centros urbanos mencionados funcionam como pontos de articulação entre o local e o global, refletindo um processo de reestruturação econômica iniciado nos anos 1980, com a ascensão do setor financeiro e a descentralização produtiva. Ao aplicar essa lógica a São Paulo e, mais especificamente, a Itaquera, o presente estudo busca avaliar se o bairro pode ser compreendido como um espaço de articulação global, ou se permanece à margem desse processo.

A contribuição deste trabalho se dá justamente ao tensionar esse ponto Itaquera, tradicionalmente vista como periferia, passa a ser projetada como vitrine. A análise dos seus ganhos (e perdas) com a realização da Copa permite um diagnóstico crítico sobre os efeitos da globalização em contextos periféricos, muitas vezes marcados por transformações pontuais, de curto prazo, e que nem sempre geram benefícios estruturais para seus habitantes.

No que diz respeito à metodologia, este estudo adota uma abordagem qualitativa, de caráter exploratório. A base empírica consiste em revisão de literatura, consulta a documentos oficiais, análise de dados secundários e fontes complementares, como matérias jornalísticas e dados de portais especializados. Utilizou-se um recorte teórico-conceitual voltado para autores nacionais e internacionais que trabalham com as temáticas de urbanização, cidade global, megaeventos e paradiplomacia, priorizando a interdisciplinaridade entre Geografia Urbana, Sociologia e Relações Internacionais.

A revisão bibliográfica foi realizada por meio de plataformas acadêmicas como Portal CAPES, SciELO e Google Acadêmico. Além disso, quando necessário, foram utilizadas fontes jornalísticas e esportivas como complemento, sobretudo na ausência de dados acadêmicos sobre aspectos práticos da construção e funcionamento da arena. O uso dessas fontes foi criterioso, com o intuito de garantir a confiabilidade das informações e ampliar a compreensão dos efeitos concretos do evento sobre o território de Itaquera.

Em suma, a introdução deste trabalho aponta para uma tensão entre dois mundos, o da promessa de modernidade e integração global, representado pela Arena Corinthians e pela realização da Copa do Mundo, e o da realidade concreta da periferia paulistana, marcada por desigualdades históricas, ausência de políticas públicas consistentes e processos seletivos de urbanização. A arena se ergue, portanto, como um símbolo, mas também como um campo de disputa entre diferentes projetos de cidade. Cabe à pesquisa investigar se essa disputa gerou inclusão ou apenas reforçou os muros invisíveis que separam o centro da periferia em São Paulo.

2 DINÂMICAS URBANAS E ESTRATÉGIAS DE PROJEÇÃO

Neste capítulo serão abordados, os conceitos norteadores da construção da imagem de uma São Paulo no cenário internacional, assim compreender a relação de espaço urbano, cidades globais, megaeventos e paradiplomacia que se conectam e transformam a área urbana. Dessa maneira, é elementar a apresentação de como essas políticas estratégicas se articulam para uma mudança que alcance o desenvolvimento de áreas periféricas da capital paulista.

Dada a sua pertinência neste trabalho a definição de globalização é uma concepção para compreender como é moldado um grande centro urbano que reproduz as desigualdades socioespaciais, além de agravar a segregação causado pela lógica econômica global. Segundo Giddens (1991), a globalização é a expansão e o crescimento das relações sociais a nível internacional. Em uma cidade, eventos de caráter internacional podem ter um impacto significativo no cenário doméstico. Isso indica que crises econômicas, decisões de blocos regionais ou tendências culturais em cidades, regiões ou países distantes conseguem influenciar o ambiente local, orientando-o pelo global.

No entanto, essa ingerência não se restringe apenas do externo para o interno; o espaço local também tem o poder de transformar o global. A transformação do local é fruto tanto das conexões quanto da globalização, não se restringindo unicamente a um lado. Ao concluir a definição o autor destaca um ponto central no que refere-se à análise das cidades, para entender o que acontece em uma vizinhança local como Itaquera, é fundamental analisar as redes globais, a imagem percebida e as políticas que influenciam seu processo de transformação.

Contudo, Santos (1988) oferece uma visão mais crítica, afirmando que a globalização é um “caminho perverso”, pois, na intenção de integrar, acaba por gerar mais desigualdades. Essa centralização é um agravante, visto que aumenta a divisão entre países centrais e periféricos, além de abrir lacunas entre locais “nobres” e “populares” dentro das cidades. Para Santos, portanto, cada espaço tem a sua importância no contexto da globalização. Seja pela sua natureza ou pelo papel que desempenha na economia global, cada local adquire relevância. Essa importância é resultado de um processo seletivo de valorização, em que algumas áreas se destacam mais que outras, dependendo da intervenção humana e das demandas do mercado global (Santos, 1988, p. 10–11).

Ao abordar as noções de território, especialmente onde se propõem interações, o espaço entra em diálogo com a realidade da região central de São Paulo. Essa área se destaca por centralizar os principais meios de transporte, empregos, e vastas opções culturais e de lazer. Esses recursos se concentram em bairros de "fácil acesso", frequentemente considerados nobres, seguindo a padronização de muitas áreas urbanas do Brasil. Dito isso, torna-se possível analisar as transformações que podem surgir nesse espaço. Na maioria das vezes, a mudança atrelada ao capitalismo gera um novo espaço, remodelando as dinâmicas sociais e geográficas da região.

Ao continuar a discussão sobre o território e suas transformações, cabe perceber que a representação do ambiente vai muito além de um mero conjunto físico de construções como casas e prédios. Na verdade, trata-se de um produto social, moldado pelas dinâmicas de fatores econômicos, políticos e sociais. Em respaldo a essa ideia, o autor Lefebvre (2008) compreende que a cidade tem a característica de se modificar de acordo com quem a habita e, também, com as questões de necessidade. Isso significa que elementos como a agricultura no campo, a influência política e a própria presença do Estado desempenham um papel fundamental nessa contínua transformação do espaço urbano.

Em complemento, a expressão do capitalismo na produção do espaço urbano nos leva ao pensamento de Castells (2000), cuja abordagem é elementar para aprofundar as transformações que ocorrem na relação entre o processo urbano e a estrutura social. A perspectiva defendida por Manuel Castells sugere que as causas dessas transformações não podem ser analisadas de maneira isolada. Pois a argumentação é que a reurbanização que ocorre em determinadas áreas é sempre seletiva, revelando as formas como os recursos e as oportunidades são distribuídos na cidade.

Além disso, Castells critica o esquema ideológico de uma sociedade dualista, que artificialmente separa o urbano do rural, o tradicional do moderno. O sociólogo afirma que ambas as esferas estão incluídas no mesmo sistema social, e que a diferença reside na forma como se manifestam dentro do sistema capitalista. A reflexão apresentada ajuda a elucidar, por exemplo, as distinções que definem Itaquera como periferia, em oposição ao centro, frequentemente visto como o "cartão postal" de São Paulo. Assim sendo, o ponto central da conceitualização de Manuel Castells reside na relação entre os polos. O autor sustenta a ideia de que

centro e periferia podem estar separados pela distância física, mas constituem a mesma lógica urbana e social. Nesse caso, a realização da Copa do Mundo em um local como Itaquera só se tornou viável em virtude do privilégio do centro em atrair o evento para o município, reforçando essa interdependência e a lógica do sistema.

Sob essa ótica, a autora neerlandesa Saskia Sassen desenvolveu o conceito das cidades globais que demonstra a relação das cidades com a globalização, na qual as dinâmicas reconfiguraram a organização e estruturas dos espaços urbanos. Portanto, no caso, São Paulo é compreendida como uma cidade global que busca atrair investimentos, concentrando no setor financeiro, comercial e cultural, com isso, algumas áreas se tornam mais valorizadas em detrimento de outras marginalizadas.

Para essa finalidade, governos subnacionais articulam maneiras para sua inserção no meio internacional, através de ações voltadas para a paradiplomacia, comumente utilizada como ferramenta das cidades globais para aumentar a projeção internacional nas esferas municipais, seja para atrair investimento, megaeventos e acordos de cooperação.

Para refletir as complexas relações que moldam as cidades contemporâneas, é pertinente considerar a paradiplomacia. De acordo com Batista (2010, p. 37), essa prática, debatida no campo das relações internacionais, refere-se ao processo de engajamento de atores subnacionais e regionais com o cenário internacional. O objetivo principal é solucionar questões específicas com agilidade, sem a necessidade da mediação direta dos governos centrais.

Considerando esse panorama, o presente estudo direciona-se à análise do município de São Paulo, a capital mais populosa do Brasil, como forma de investigar empiricamente essas dinâmicas urbano-sociais. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a capital conta com mais de 11 milhões de habitantes e é a quinta maior do mundo.

Essa grandiosidade, contudo, reflete níveis desiguais socioespaciais, ocasionados pela própria produção do meio urbano. Logo, o presente trabalho analisa a Zona Leste, especificamente o bairro de Itaquera, e os impactos após as transformações resultantes da construção da Arena Corinthians (Neo Química Arena) para receber megaeventos. De acordo com o Censo de 2022, a Zona Leste é a segunda região mais populosa de São Paulo, com cerca de 2,3 milhões de habitantes. Dessa forma, a pesquisa busca investigar os aspectos que a tornam integrada ao conceito de cidade global, mesmo com as evidentes disparidades

internas.

Nesse sentido, Itaquera foi uma das últimas áreas a serem expandidas da capital paulista, assim o espaço antes era rural passou a ganhar características do meio urbano. Diante do contexto, o ambiente foi se modificando para atender às exigências econômicas e sociais, com o início das instalações da indústria metalúrgicas e as transformações contemporâneas no distrito da Zona Leste (Oliveira, 2013, p. 42).

Embora a prefeitura de São Paulo se esforce para projetar a cidade no cenário internacional por meio de diversos mecanismos de desenvolvimento, os efeitos dessas ações nem sempre se refletem de forma abrangente em toda a metrópole. Um exemplo claro é a oportunidade de sediar a Copa do Mundo de 2014. Impulsionada pela construção da Arena Corinthians em Itaquera, essa iniciativa seguiu uma lógica de reestruturação pontual. A partir dessa realidade, o presente estudo busca compreender como o espaço periférico de São Paulo é impactado pelas dinâmicas das cidades globais, revelando as assimetrias e desafios que surgem nesse processo.

2.1 A PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO NA GLOBALIZAÇÃO

A relação entre o setor público e o privado ao decorrer da histórica brasileira tornou-se central na configuração de novas geografias, evidenciando o aprofundamento desigual nas regiões. A primeira manifestação inicia com a vinda dos imigrantes às lavouras de exportação, em seguida, com a chegada do maquinário industrial a partir do século XIX. Apesar disso, o cenário brasileiro analisado por Santos (1993), revela que o processo de urbanização no Brasil se desenvolve com início do século XVIII ao ponto que a população segue predominantemente rural, com a produtividade econômica estruturada na lavoura e na pecuária, fruto da herança do período colonial. O modelo fundiário e produtivo adotado, reproduziu uma divisão territorial do trabalho, produzindo efeitos distintos sobre as regiões, distinguindo entre a formação de áreas de comando, enquanto outras possuem funções econômicas de baixo valor, conseqüentemente acarretou em uma estrutura desigual no espaço nacional.

No contexto de São Paulo, impulsionada pela produção cafeeira e, posteriormente, pela industrialização, a cidade integrou-se ao mercado internacional

de forma autônoma, resultando em concentrar as atividades econômicas ao passo que gerou a dependência das demais regiões do país (Santos, 1993, p. 19). Nesse segmento, a acentuada especialização de tarefas no território apresentado por Santos explica o fato que diferentes regiões brasileiras desempenharam funções específicas no sistema econômico, distinguidas entre áreas de comando, concentração de decisões, e outras que dispõem de mão de obra, na produção de insumos ou apenas de consumo. Essa lógica reforça a ideia de centro-periferia que aumenta as desigualdades socioeconômicas, indicando que enquanto uma desenvolve a sua infraestrutura (estradas, portos, telecomunicações), a outra não é estimulada ao desenvolvimento.

No desenrolar dessa percepção, Milton Santos, renomado geógrafo brasileiro, rejeita as definições clássicas do espaço geográfico, propondo uma compreensão que vai além de uma simples visão física e estática. Em seu livro "A Urbanização Brasileira" (1993), Santos descreve o espaço urbano como um conjunto de relações sociais, econômicas e políticas. Ou seja, o espaço não é apenas um cenário onde os eventos acontecem, mas um reflexo dessas dinâmicas. Essa interpretação facilita a compreensão mais ampla dos impactos da globalização sobre as cidades, especialmente no que se refere às transformações que ocorrem em determinadas áreas urbanas. Ademais, na obra, Santos argumenta que a globalização leva à globalização dos espaços geográficos e, por conseguinte, a internacionalização da economia impõe novas configurações ao espaço urbano. Como afirma Santos (1993, p. 26), "o Brasil foi, durante muitos séculos, um grande arquipélago, formado por subespaços que evoluíam segundo lógicas próprias, ditadas em grande parte por suas relações com o mundo exterior".

Nesse sentido, o autor argumenta que o Brasil foi se desenvolvendo de forma desintegrada, onde cada cidade ou região tinha uma finalidade estabelecida na economia. Contudo, a partir do século XIX, São Paulo e outras localidades próximas no estado tornaram-se grandes produtores do café. É nesse momento que se intensificam os fluxos com o mercado externo e conseqüentemente um novo estágio do processo de industrialização no município.

Após a Segunda Guerra Mundial, a urbanização mundial passou a refletir novas configurações sociais. O crescimento demográfico, impulsionada pelo aumento da taxa de natalidade e pela queda da mortalidade infantil, somada a fatores essenciais como os cuidados sanitários e melhoria na qualidade de vida,

alterou profundamente a condição urbana (Santos, 1993, p. 31). No que diz respeito ao aumento populacional na cidade, Castells (2000) defende que o crescimento urbano é, em grande parte, proveniente da migração do campo para a cidade. Consoante à afirmação apresentada por Milton Santos, Manuel Castells sustenta que não apenas os avanços na saúde impulsionaram essa mudança de espaço.

Mas a urbanização também foi motivada pela busca por condições de vida mais favoráveis, já que a vida no campo era marcada pela concentração de terras nas mãos de grandes proprietários e por um modelo de produção que explorava o trabalhador. Com isso, muitas pessoas foram forçadas a trocar o meio rural em busca de novas oportunidades e sobrevivência nas cidades.

Os dados elucidam essa transição: enquanto em 1980 a Região Sudeste contava com um índice de 82,79% de urbanização, a Região Nordeste apresentava pouco mais da metade, com 50,44% de população urbana. A nível nacional, o Brasil possuía 65,75% de sua população urbanizada. Para Santos (1993), os motivos para essa disparidade regional se dão pela integração dos serviços no território, como transporte, comunicação e mercado. Além disso, um dos principais apontamentos para o crescimento excludente em determinadas áreas está atrelado ao estágio que cada região passou na divisão inter-regional do trabalho.

Segundo Santos (1993), São Paulo se beneficia da divisão territorial do trabalho, se estendendo à região metropolitana, com isso, a concentração de produção intelectual é o que possibilita às atividades produtivas de ponta (Santos, 1993, p. 90). Dessa forma, o avanço de São Paulo nesse arranjo espacial fez com que outras cidades e regiões se subordinassem à sua centralidade, reforçando seu caráter polarizado.

A metrópole informacional assenta sobre a metrópole industrial, mas já não é a mesma metrópole. Prova de que sua força não depende da indústria é que aumenta seu poder organizador ao mesmo tempo em que se nota uma desconcentração da atividade fabril. O fato é que estamos diante do fenômeno de uma metrópole onipresente, capaz, ao mesmo tempo, pelo seus vetores hegemônicos, de desorganizar e reorganizar, ao seu talante e em seu proveito, as atividades periféricas e impondo nova questões para o processo de desenvolvimento regional (Santos, 1993, p. 92–93).

No caso da capital paulista, o geógrafo brasileiro expõe que a própria dinâmica tem a capacidade de moldar a sua economia e transformar o meio social nas periferias. Portanto, a reconfiguração que nessas regiões mais afastadas

passam, seja da desindustrialização e a terceirização da economia, acaba ocasionando uma maior dependência com a metrópole. Por exemplo, a cidade de São Paulo ainda reforça a ideia centralizadora, onde mantém a simbologia dos bairros tradicionais como Sé, República e Luz, mantendo a influência nas áreas habitadas pelo poder público, privado, cultural e econômico como no caso da Faria Lima, centro financeiro e empresarial. De acordo com Lefebvre (2008), o sociólogo francês corrobora a afirmação que o conjunto social está incluso na cidade, onde as estruturas materializadas nessa região fazem parte das relações sociais dominantes, as quais são excludentes, refletidas em zonas periféricas como Itaquera, característica do reflexo dessa organização urbana. Além disso, Lefebvre defende que as transformações que a cidade sofre não estão estritamente ligadas aos processos globais, mas fatores como o modo de produção, nas relações entre campo e cidade, as classes e propriedades são modificadas (Lefebvre, 2008, p. 58). Apesar de uma visão distinta de Milton Santos, ambos autores elucidam a consequência que agrava o distanciamento entre centro e periferia.

Um outro problema que surge é que a cidade industrial trouxe consigo o aumento do número de pessoas que vieram do campo e foram para a área urbana. Nesse período Lefebvre (2008) aponta que houve uma expansão territorial, com o crescimento das periferias em direção aos campos. Por conseguinte, esse fenômeno implica em novas dinâmicas de produção racional que permite a intensificação das trocas que priorizam a quantidade e não a qualidade, isso interfere na produção econômica, mudando a forma de socialização, marcada pela perda das características tradicionais.

Nesse contexto que aproxima as transformações profundas na organização espacial e social, Castells (2000) critica a ideologia que separa a sociedade rural e urbana, argumentando que ambas compõem uma única estrutura na qual as relações são interdependentes e geram vínculos de dependência mútua. A partir dessa análise, São Paulo pode ser compreendida no conceito de "*Primate City*" ou "cidade primária", caracterizada pela concentração de recursos, atividades produtivas e população em um único núcleo urbano. Evidenciando a assimetria no processo de desenvolvimento urbano, marcado por desigualdades sociais e territoriais. Assim, o caso de Itaquera constitui uma manifestação concreta da lógica da dependência capitalista que orienta a dinâmica das metrópoles periféricas no contexto brasileiro.

Logo, a reestruturação da Zona Leste, inserida na lógica do capitalismo urbano, não se apresenta como um processo neutro. Pelo contrário, essa transformação é parte da urbanização da sociedade direcionada por interesses do mercado. O espaço, nesse contexto, deixa de ser apenas um lugar de habitação para assumir um papel estratégico na produção de valor, sendo apropriado como mercadoria e incorporando dimensões culturais e políticas à sua funcionalidade econômica.

Para Manuel Castells, os países subdesenvolvidos possuem uma história marcada pela subordinação estrutural frente às economias desenvolvidas, o que acarreta consequências significativas na organização do espaço urbano. Acerca desse ponto, as cidades tendem a crescer de maneira desordenada, moldadas pelas exigências do sistema global. Isso resulta na marginalização do bem-estar social e na exclusão de grande parte da população das prioridades de planejamento urbano (Castells, 2000, p. 82).

2.2 A CIDADE GLOBAL DE SÃO PAULO

Na busca por estabilização econômica pós-Segunda Guerra Mundial, foi estabelecido o acordo de Bretton Woods, o sistema liderado pelos Estados Unidos ditavam as regras do comércio internacional, tornando o dólar como o padrão monetário internacional e vinculado ao ouro. Porém, em 1970, esse poder quase absoluto começa a se desfragmentar em decorrência de crises econômicas, pressões ocasionados pelas infrações e a concorrência global que aumentava fora dos EUA. Nesse contexto de enfraquecimento do controle estatal sobre a economia internacional, especialmente dos Estados Unidos, levou ao que Sassen (1991) conceitua como um “vazio” de poder econômico.

Diante desse “vazio” de poder econômico, indústrias norte-americanas como Ford, General Motors e IBM, além de bancos transnacionais dos EUA, iniciaram uma nova guinada. Nesse período, essas empresas assumiram o gerenciamento da ordem econômica mundial, operando além das fronteiras. Contudo, em 1980, um possível colapso gerava tensão entre os bancos, motivado pela dívida de outros países. Embora a crise não tenha se concretizado, as multinacionais estadunidenses perderam espaço para concorrentes japoneses e da Europa Ocidental, indicando uma nova distribuição de forças no cenário econômico global.

Ao publicar, em 1982, *World Cities: An Agenda for Research and Action* ("Cidades mundiais: uma pauta para pesquisa e ação"), John Friedmann e Goetz Wolff foram os primeiros a cunhar o conceito de cidade mundial ou global. Com base na concepção elaborada por esses autores, Prancha (2016) apresenta uma definição que descreve as principais metrópoles como nódulos responsáveis por conectar as economias nacional e internacional, ao mesmo tempo em que buscam seu próprio desenvolvimento coordenado. É à luz desses motivos que a ideia de cidade global foi moldada por esses pensadores.

Os critérios usados em 1986 por Friedmann para determinar o status de cidade mundial como "centros de controle e comando" da economia do planeta eram relativamente modestos: números de bancos internacionais, sedes de empresas transnacionais, instituições internacionais com diferentes fins, número crescente de centros comerciais e financeiros, redes de transporte avançadas etc. A lista inicial de Friedmann reunia 30 e tantas cidades. Subsequentemente, como os critérios para seleção tornam-se mais sofisticados, outros estudiosos, como Peter Taylor, elevaram esse número para cerca de 80. O status relativo das cidades mundiais passou a ser julgado de acordo com sua provisão de serviços ditos avançados ou pertinentes ao setor terciário: contabilidade, publicidade, finanças, leis, serviços de consultoria e finanças oferecidos por multinacionais (King, 2010, p. 248).

Ademais, apesar de haver uma descentralização da produção e consumo de fábricas, escritórios e centros financeiros, Sassen (1991) caracteriza o sistema como globalmente integrado, pois a matriz ainda coordena os fluxos mesmo que seja a distância.

Além de sua longa história como centros de comércio internacional e bancos, essas cidades agora funcionam de quatro novas maneiras: primeiro, como pontos de comando altamente concentrados na organização da economia mundial; segundo, como locais-chave para as finanças e para as empresas de serviços especializados, que substituíram a manufatura como os principais setores econômicos; terceiro, como locais de produção, incluindo a produção de inovações, nesses setores líderes; e quarto, como mercados para os produtos e inovações produzidas (Sassen, 1991, p. 3–4)¹.

Segundo Sassen (1991), com a transformação das atividades produtivas nas cidades que recebem grande impacto internacional, permitiram que o espaço urbano expandisse sua riqueza, direcionado os recursos financeiro, tecnológico e humano

¹ Em inglês: "Beyond their long history as centers for international trade and banking, these cities now function in four new ways: first, as highly concentrated command points in the organization of the world economy; second, as key locations for finance and for specialized service firms, which have replaced manufacturing as the leading economic sectors; third, as sites of production, including the production of innovations, in these leading industries; and fourth, as markets for the products and innovations produced".

em escala global (Sassen, 1991, p. 3–5). A partir disso, o trabalho que girava em torno das indústrias, predominava outros setores imateriais como, banco, seguradores, empresas de tecnologia entre outras. Por conseguinte, há uma distinção de trabalhadores, uma que exige uma qualificação, com boa remuneração e serviço de ponta, por outro lado, uma massa precarizada que usa do esforço físico, mal remunerado e faz parte da produção da infraestrutura e material. Assim, surgiu a cidade global, uma cidade que não é somente vasta de território, população e concentração de riqueza, mas uma cidade que organiza e direciona parte da economia global.

As cidades globais, no entanto, não são apenas pontos nodais para a coordenação de processos de acordo com Friedmann (1986); elas também são locais específicos de produção. Elas são locais para (1) a produção de serviços especializados necessários a organizações complexas para administrar uma rede espacialmente dispersa de fábricas, escritórios e pontos de venda de serviços; e (2) a produção de inovações financeiras e a criação de mercados, ambos fundamentais para a internacionalização e a expansão do setor financeiro (Sassen, 1991, p. 5)².

Dentre as principais cidades que dispõem das características de cidade global, expressada por Sassen (1991) estão Nova Iorque, Londres e Tóquio, além dessas, Paris, Frankfurt, Hong Kong e São Paulo formam o grupo que centraliza processos globais. Inclusive, em levantamentos obtidos por Pimenta (2013) na rede de pesquisa Globalization and World Cities Research Network de 2010 (GaWC), indicam que São Paulo é a cidade brasileira melhor ranqueada no quesito de inserção e influência na economia global.

Segundo Conceição (2016), foi elaborado um ranqueamento que mensura o nível de integração de uma cidade ao mundo, a métrica analisa o impacto no funcionamento da economia global. Assim sendo, Londres e Nova Iorque ocupam as primeiras posições, classificados como alfa++. Em seguida, Chicago, Hong Kong, Singapura, Tóquio, entre outros, alfa+. E São Paulo, Pequim, Buenos Aires, Cidade do México entre outros, alfa, ao todo a lista completa representa por volta de 170 cidades globais.

Considerando o posicionamento de São Paulo nesse ranking, a cidade, além

² Em inglês: “Global cities are, however, not only nodal points for the coordination of processes (Friedmann 1986); they are also particular sites of production. They are sites for (1) the production of specialized services needed by complex organizations for running a spatially dispersed network of factories, offices, and service outlets; and (2) the production of financial innovations and the making of markets, both central to the internationalization and expansion of the financial industry”.

de comportar uma grande população, também é a primeira na participação do produto interno bruto (PIB) nacional, cerca de 9,2%, a segunda colocação fica com o Rio de Janeiro com seus 3,99% em 2021, de acordo com agência de notícias do IBGE de 2024. É relevante observar que, no mercado financeiro, o município é sede da Bolsa de Valores Brasileira a B3 (B3SAC3), antiga BM&FBOVESPA, sendo a única da América do Sul a ocupar a lista das 20 maiores bolsas do mundo.

Posteriormente, as maiores empresas do Brasil que abriram capital e constam na lista são, respectivamente, em primeiro lugar, a Petrobras, seguido do Itaú Unibanco e, em terceiro, a Vale S.A., compondo o top 3 do ranking. No total, o mercado movimenta em torno de US\$ 917 bilhões de dólares. Em comparação, a maior bolsa do mundo, a NYSE dos Estados Unidos, corresponde a US\$ 28,4 trilhões em capitalização de mercado. Deste modo, a percepção da diferença econômica é um fator a levar em ponderação quando se compara o conceito que coloca cidades desenvolvidas e subdesenvolvidas no mesmo parâmetro.

Portanto, apesar da relevância do conceito de cidade global desenvolvido pelos pensadores, Saskia Sassen, John Friedman, conforme Prancha (2016), deve ser aplicada com cautela, quando utilizada fora do contexto dos países do hemisfério norte. O autor destaca que o conceito foi concebido com base na realidade dos países ricos, que possuem alta industrialização e estruturas de urbanização, econômicas e políticas distintas das observadas nos países do Sul Global, como é o caso de São Paulo. Portanto, o uso de uma interpretação distante, sem considerar características específicas, pode ocultar uma infraestrutura insuficiente, desigualdades sociais e principalmente a exclusão de uma parcela da população na economia mundial.

No mesmo sentido, na opinião da Carvalho (2000), o conceito de cidade global origina para descrever metrópoles ricas e industrializadas, como Nova Iorque, Londres e Tóquio, e quando aplicado para realidade das cidades do Sul Global, no caso de São Paulo, a base teórica torna-se inadequada para descrever esse contexto periférico. Além disso, o uso da interpretação equivocada, não considera questões locais como a segregação urbana, a informalidade ou desigualdade.

Posto isso, ao invés de ajudar na sua compreensão acaba agravando o emprego de políticas direcionadas a rede global, tornando-se em cidades vitrines. A crítica da autora acerca do paradigma que desconsidera as especificidades social e política e incorpora padrões normativos inadequados. Sendo assim, a medida que

as cidades periféricas tentam enquadrar no conceito de cidade global, reforça a visão eurocêntrica e homogeneizadora.

Conforme descreve Vainer (2007), a cidade, transformada em mercadoria de luxo, passa a ter um público específico de consumidor, o investidor internacional, o turista global e o consumidor de alto padrão. Ou seja, o planejamento urbano atua pela promoção da imagem, não mais pelas necessidades sociais, sobrepondo as responsabilidades com a população. Um dos principais pontos retratados por Vainer é a transformação da pobreza em ambiente. Na eventualidade da capital paulista, a desigualdade existente nas periferias deixa de ser um problema público da política e passa a constituir o ambiente como algo comum. Nesse sentido, surge o "entorno social", termo usado pelos urbanistas catalães para designar o incômodo com a pobreza que, para eles, tem um peso de baixar o valor de mercado das cidades. Por conseguinte, as consequências por não se importarem com a causa estrutural da pobreza, nomeada de entorno, culminam na exclusão forçada e na desapropriação de direitos, já que os únicos que têm o direito à cidade são "os consumidores e investidores".

2.3 PARADIPLOMACIA E PROJEÇÃO INTERNACIONAL

A atuação internacional de entes subnacionais é um fator recente no campo das Relações Internacionais, apesar de que houve aumento de suas práticas nas últimas décadas, o mecanismo intitulado de paradiplomacia surge com as mudanças intensas na ordem mundial. Determinado pelo fim da Guerra Fria, e pela transição da onda unipolar para multipolar, e em função do protagonismo maior dos territórios.

No entender de Batista (2010) com o declínio das teorias tradicionais das Relações Internacionais tais como o realismo e o liberalismo clássico, provocou abertura para novas epistemologias, como no caso as unidades subnacionais sendo atores legítimos nas relações internacionais. Os motivos estão relacionados aos impactos locais da globalização econômica, que tiveram avanços na tecnologia de informação e comunicação que permitiu múltiplas maneiras de concretizar cooperação entre os atores das cidades e regiões. Dessa maneira, em 1990, o conceito de paradiplomacia se destaca nos estudos de relações internacionais. Com isso, emergem atores tanto os agentes subnacionais, quanto as empresas transnacionais, organizações não governamentais e organizações internacionais.

Nesse sentido, a primeira implicação que o conceito teve que lidar é o fato que assuntos relacionados a política externa e a atuação no meio internacional seria de responsabilidade dos Estados nacionais, segundo Hocking (1993 apud Batista 2010, p. 36). Diante dessa particularidade em questão, os governos subnacionais teriam que seguir em conformidade com a ideologia estabelecida pela sua respectiva federação ou no que o Estado determina, retratando conflito com a normativa de articulação independente.

No entanto, a consolidação da autonomia da paradiplomacia é resultado da expansão da globalização e da democracia liberal que juntos despertaram novas relações de poder. Assim, a noção de uma “sociedade civil global” emerge diante de novos espaços articulados pelas cidades, o conceito em questão é a cidades globais que para Sassen (2010) são rotas interligadas, que posicionam os lugares subnacionais em diversas geografias transfronteiriças, cada uma partindo do interesse na dinâmica de atores distintos.

Com a paradiplomacia, as cidades reproduzem a lógica de funcionamento político estratégico dos Estados ao criarem instituições internacionais – como as redes de cidades Eurocity e Mercocidades – ou firmarem acordos bilaterais e multilaterais com outros municípios. [...] Para ampliar sua influência no mundo globalizado, os governos locais podem participar de feiras internacionais, atuar no processo de geminação de cidades, fazer parte de redes internacionais [...] ou desenvolver uma cooperação multinível [...] (Jesus, 2017, p. 65–66).

Como resultado, a paradiplomacia surge como um processo que auxilia no posicionamento das cidades dentro da lógica global, uma atribuição que antes era vista como exclusiva dos Estados. Diante da intensidade crescente das relações entre os agentes subnacionais, as cidades passam a se integrar às redes que operam diversas organizações ao redor do mundo. Essa é uma ação comum entre as cidades globais, que buscam solucionar suas carências coletivas. Do ponto de vista de Jesus (2017), o município de Barcelona, na Espanha, é um exemplo notável. A cidade utilizou a paradiplomacia para atrair cooperação técnica internacional, que se alinhava com a coesão social e metas comuns, visando a revitalização urbana por meio da realização de um megaevento esportivo. Essa estratégia permitiu a captação de recursos internacionais para concretizar seus objetivos. O caso de Barcelona exemplifica, assim, a atuação das cidades inseridas no circuito global na busca por alternativas para suas demandas internas, um caminho pelo qual a paradiplomacia opera no mundo.

Ainda que o processo de integração regional seja vinculado majoritariamente à participação das cidades em redes que possuem articulação tanto regional quanto internacional, as características dessas políticas visam a externalidade e a cooperação. Dessa maneira, a porta de entrada das cidades ao tentar integrar ao processo de internacionalização, concretizam ao aderirem às redes de cooperação transfronteiriças (Mercosul, 2019, p. 12). Outrossim, Mèrcher e Ferreira (2015), reiteram a maneira que uma cidade busca atuar nas relações internacionais, parte de iniciativa própria, normalmente por meio das redes. Para isso, Gambini (2008, p. 9), introduz sobre as “cities Network ou Redes de Cidades, termo designado para o compartilhamento de informações, técnicas, novas formas de gestão urbana de tecnologias e promovem a cooperação de governos locais de forma interligada, propriamente denominada, em rede”.

Nesse propósito, surge a Mercocidades, organização fundada em 1995, cujo objetivo é a integração regional na busca de soluções comuns compartilhadas pelas cidades membros. Mediante encontros virtuais ou presenciais, capacitações, reuniões e fóruns, o grupo é considerado uma das mais importantes redes de governos locais da América Latina. Atualmente, são 400 cidades de 12 países do continente (Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Equador, Honduras, México, Paraguai, Peru, Uruguai e Venezuela), somando mais de 120 milhões de pessoas. Além disso, uma das qualificações é aproximar a atuação do município com o Mercosul, sendo estruturada e distribuída por 18 unidades temáticas e 4 grupos e comissões de trabalho orientadas pela organização intergovernamental (Mercocidades).

De fato, mencionada a expressiva representativa, o bloco inclui o município de São Paulo, que assumiu a presidência da Mercocidades na 28ª Cúpula em 2023. A liderança se estende até o final do ano seguinte, e o cargo demonstrou sua influência diante de mais de 40 cidades da região presentes na cerimônia, além de aumentar os contatos internacionais (Prefeitura de São Paulo, 2023). Embora não seja diretamente o primordial, outra motivação da paradiplomacia é referente à economia, que busca, por meio de parcerias, o desenvolvimento da região. A propósito, no contexto brasileiro, Batista (2010) afirma que os governos subnacionais têm liberdade para atuar no âmbito internacional, sem impedimento legal do governo federal. E para interagir no plano global, o governo federal e os municipais criaram secretarias, diretorias, gabinetes e núcleos no exercício da

função internacional.

Sob essa ótica, a cidade de São Paulo já demonstrava sua vocação natural para se conectar com o mundo desde sua fundação, em 25 de janeiro de 1554, com o estabelecimento do Colégio dos Jesuítas, que deu origem à Vila de São Paulo. Ainda mais, o estado de São Paulo abriga a maior concentração de nacionalidades do Brasil, como italiana, japonesa, portuguesa e libanesa, entre outras, somando mais de 150 culturas de todo o mundo.

Assim, no ano de 1991, o Governo de São Paulo estabeleceu o primeiro órgão voltado para o internacional, a Assessoria Especial de Assuntos Internacionais, que tinha poderes de uma secretária de Estado. Posteriormente, foi instituído o Sistema Paulista de Promoção Internacional, no intuito de inserir a economia paulista no cenário global. Contudo, dificuldades de consolidar a ideia fez com que a Assessoria fosse descontinuada em 1996. Após 9 anos, novamente na gestão de Geraldo Alckmin, é reconstituído, por meio da criação da Unidade de Assessoramento em Assuntos Internacionais (Assessoria Especial para Assuntos Internacionais), na estrutura da Casa Civil, de acordo com dados do plano (Governo do Estado de São Paulo, 2012).

Sabendo da necessidade de criar um departamento administrativo voltado para questões internacionais, a cidade de São Paulo, na administração da prefeita em exercício da época Marta Suplicy instaurou-se a Lei 13.165, 05 de julho de 2001, que decreta a lei da criação da Secretaria Municipal de Relações Internacionais (SMRI) que tem o objetivo de coordenar os convênios e projetos de cooperação internacional da cidade, centrado na inserção no cenário internacional nas áreas que contemplem econômica, social e cultura, bem como, estabelecer e manter relações e parcerias com organismos internacionais multilaterais (SMRI, 2001).

Subsequentemente, o Estado de São Paulo, instaura através do Decreto Nº 57.932, de 2 de abril de 2012, o Plano de Relações Internacionais 2011–2014, voltado para políticas de internacionalização da economia, obtenção de recursos financeiros, fortalecimento do comércio e posição estratégica com as organizações multilaterais. O plano teve destaque no Brasil, pois alinhava com a política externa nacional partindo de três eixos: desenvolvimento sustentável, ascensão na governança global de São Paulo e incentivo da administração democrática por meio de parcerias orientadas pela paradiplomacia. Além disso, a criação da Assessoria Especial para Assuntos Internacionais, da Agência Investe SP e da Companhia

Paulista de Eventos e Turismo (CPETUR), uma demonstração da articulação interna com oportunidades externas orientadas pelos interesses local e regional (Governo do Estado de São Paulo, 2012).

Por outro lado, a Prefeitura de São Paulo, cada vez mais engajada na estratégia internacional, apresenta a cada gestão o Plano de Metas. Atualmente, o programa 2025–2028 designa São Paulo como um ator urbano transnacional, com seu comprometimento diretamente atrelado à Secretaria Municipal de Relações Internacionais (SMRI). Como parte desse compromisso, a meta 110 se refere à realização de 256 ações internacionais em parceria com as 25 maiores economias do mundo, no intuito de consolidar São Paulo como uma cidade global. Para complementar essas metas, o plano insere a Agenda 2030 da ONU, com objetivos como a meta 12.a, que prevê cooperações nacionais e internacionais para fortalecer áreas da ciência e tecnologia na cidade, buscando beneficiar áreas desfavorecidas por padrões mais sustentáveis. A meta 16.8 visa consolidar a participação do município nas instituições de governança global, e a 17.6 busca melhorar a parceria em ciência, tecnologia e inovação, por meio das redes multilaterais e do compartilhamento de conhecimento entre as cidades (Prefeitura de São Paulo, 2025). Corroborando essa perspectiva, os instrumentos de promoção da imagem, atração de investimentos e soluções sustentáveis para enfrentamento de desafios coincidem com a lógica de cidades globais retratada por Sassen (2005), quando ela descreve que centros urbanos são espaços estratégicos de articulação política, econômica e técnica em redes internacionais.

2.4 A FORMAÇÃO PERIFÉRICA DE ITAQUERA

O distrito de Itaquera, localizado na Zona Leste de São Paulo, é um importante bairro que faz parte da região metropolitana da capital paulista. Abastecido pela rede de rios subafuentes do rio Tietê, o rio Jacu é a principal fonte de água da região. O nome "Itaquera" remete ao tupi e significa "pedra dura", tendo sido documentado pela primeira vez em 1686 na Carta de Sesmaria. A habitação local ocorreu por volta de 1820, quando o espaço era apenas um ponto de descanso em um rancho chamado "Casa Pintada". Futuramente, a população ampliou-se em 1875, com a inauguração da estação de trem local, um ramal da Estrada de Ferro Central do Brasil, conforme registrado por Oliveira (2013).

A região de Itaquera está inserida no contexto de periferia. Para Serpa (2002), o termo originalmente designa localizações afastadas do centro. Entretanto, o autor ressalta uma alteração em seu sentido, alegando que nem todos os lugares distantes das imediações centrais das cidades são compreendidos como periferias. Além disso, a periferia subentende um espaço de infraestrutura e equipamentos de serviços precários, por consequência, reproduzindo o processo socioespacial da população mais vulnerável.

O mais conhecido padrão de segregação da metrópole brasileira é o do centro x periferia. O primeiro, dotado da maioria dos serviços urbanos, públicos e privados, é ocupado pelas classes de mais alta renda. A segunda, subequipada e longínqua, é ocupada predominantemente pelos excluídos. O espaço atua como um mecanismo de exclusão (Villaça, 2001, p. 143).

Levando em conta o pensamento de Corrêa (1986), é possível identificar duas formas distintas de periferia urbana no que diz respeito à ocupação residencial. A primeira é a urbanização de status, caracterizada pela presença de grupos de elite, geralmente situada em áreas dotadas de atributos naturais valorizados, como praias, vegetação abundante ou clima ameno, que atraem investimentos e impulsionam a valorização fundiária. A segunda forma é a urbanização popular, onde concentra a população de baixa renda, normalmente em regiões sem atrativos ambientais ou geográficos e, por isso, com menor potencial de valorização.

A história de Itaquera coincide com o conceito de urbanização popular. De acordo com Serpa (2002), o bairro foi um dos grandes produtores de pêssegos do país, impulsionado pela chegada de imigrantes japoneses em 1925, que iniciaram o plantio de diversas verduras e frutas, destacando-se anos mais tarde com os pessegueiros. A prosperidade da região a tornou conhecida como Cinturão Verde. Influenciado pelo sucesso das colheitas, esse período levou à criação da Festa do Pêssego em 1949, a primeira do gênero no Brasil, o que impulsionou a promoção da cultura japonesa no país, como aponta Oliveira (2013). Ademais, as colônias passaram a focar na produção de granjas e plantas ornamentais. No entanto, o ano de 1970 marca o início da era do desenvolvimento industrial com a criação do Polo Industrial da Zona Leste, sendo este um ponto preponderante para o fim gradativo das produções rurais na região.

Reflexo disso, elevou os fluxos entre campo e cidade, culminado pela onda de

urbanização das cidades brasileiras em 1980, notou-se pelo poder público, uma necessidade de adequar a infraestrutura nos transportes no local, segundo Oliveira (2013). Conforme, Frederico (2001) após as pesquisas Origem e Destino (OD) da Companhia do Metropolitana de São Paulo (Metrô) de 1987 foi constatado que a região sul e leste (Itaquera, Guaianases, Itaquaquecetuba) careciam de estrutura de transporte de massa. Nesse sentido, o Projeto Leste, indicou que a linha estava sobrecarregada e precisou da incorporação de três novas estações (Dom Bosco, José Bonifácio e Guaianases);

incorporação da estação Corinthians-Itaquera servindo ao metrô e ao trem; estabelecimento de 8 km de via permanente e rede aérea (extensão Leste) entre as estações Artur Alvim e Guaianases; construção de três terminais de integração em Itaquera, José Bonifácio e Guaianases; desativação das estações Guaianases (antiga), Patriarca, Vila Matilde, Carlos de Campos, Artur Alvim, Itaquera (antiga), XV de Novembro e Sebastião Gualberto; desativação de trecho de via compreendido entre as estações Artur Alvim e Guaianases (antiga); modernização da via permanente e rede aérea no trecho Sebastião Gualberto-Brás; modernização e complementação do sistema de alimentação e radiocomunicações (Frederico, 2001, p. 49).

Além disso, a expansão da linha que conecta a Zona Leste à Lapa, na Zona Oeste, com a conectividade da estação Sé, no centro, marcou a integralização dos percursos e o acesso a serviços econômicos e intelectuais. Por isso, como alternativa para mitigar a segregação dos pólos centro e periferia, a Linha 3-Vermelha em Itaquera foi escolhida para a construção do terminal Leste-Oeste. Aditivamente, o Shopping Metrô Itaquera, inaugurado em 2007, interligado à estação do Metrô Corinthians-Itaquera, da CPTM, ao Terminal Urbano e à Arena Corinthians, surge como uma forma de suprir a insuficiência de acessos a lazer, serviços e alimentação que antes obrigava ao deslocamento para as principais imediações da cidade.

A urbanização da Zona Leste se consolidou em função dos trilhos, uma vez que a linha férrea garantiu o contato com o centro metropolitano em expansão. Os trabalhadores, afastados do centro em razão do alto preço do solo, procuraram os subúrbios para residir, onde o valor dos loteamentos era mais baixo (Baumgaertner, 2023, p. 4).

Nesse sentido, na concepção de Oliveira (2015), em paralelo à perda de espaço das atividades rurais e à extensão das linhas ferroviárias, o bairro de Itaquera passa por um processo de crescimento horizontal em decorrência da

exclusão para as periferias. Ilustrando essa dinâmica, Baumgaertner (2023) explica que a construção de moradias em massa foi impulsionada pela gestão pública. Dessa forma, a construção das Companhias de Habitação Popular (COHABs) expõe as características da urbanização de Itaquera. Essa iniciativa de desenvolvimento é fruto do projeto habitacional de São Paulo de 1979 e do Plano Urbanístico Básico (PUB) de 1968, que visava interligar a Barra Funda até Itaquera por meio da Linha 3-Vermelha do metrô, conforme a figura 1.

Figura 1: Linha 3-Vermelha do Metrô, conexão da zona oeste à zona leste de São Paulo.



Fonte: Metrô SP – Blog BR

Como afirma Oliveira (2015), a precariedade do espaço urbano é uma consequência do crescimento desordenado da população em Itaquera, impulsionado pelo baixo valor do solo e pela intensa procura por moradia das COHABs, diversos problemas passaram a surgir, como desfecho da ausência de infraestrutura adequada, como energia elétrica, pavimentação asfáltica, escola e hospital e transporte público. O autor também denota que, nesse contexto, diversos projetos urbanos foram implementados na região entre os anos de 1989 a 2014:

O terminal do Metrô Corinthians Itaquera que foi inaugurado em 1989 juntamente com o pátio de manobras; A construção da Avenida Jacú-Pêssego/Nova Trabalhadores: que cortou o bairro fazendo uma ligação em pista rápida com poucos cruzamentos desde Mauá e Santo André (Região Metropolitana) até a Rodovia Ayrton Senna, com fácil acesso à cidade de Guarulhos, ao Aeroporto Internacional e ao Rodoanel Mário Covas; A interligação tarifária do Metrô com a CPTM no ano de 2000 visando facilitar a mobilidade e a intermodalidade entre os transportes; A construção da Avenida José Pinheiro Borges (Nova Radial) sobre os trilhos da CPTM [...] e uma nova estação de trem sob a Avenida Jacú-Pêssego (Estação Dom Bosco). [...]; A operação Urbana Rio Verde-Jacú (2004), que era o princípio das propostas de que Itaquera poderia ser uma centralidade na Zona Leste; O terceiro grande projeto: o Polo Institucional Itaquera, um projeto que foi retomado juntamente com a construção do estádio de futebol para a realização da Copa do Mundo FIFA 2014 visa trazer o desenvolvimento econômico e social para o distrito, por meio de incentivos fiscais para empresas e a construção de infraestruturas urbanas de acesso e mobilidade [...] (Oliveira, 2015, p. 85–86).

Embora Itaquera carregue traços de periferia popular, a construção da Arena Corinthians (Neo Química Arena) e a realização do megaevento são uma tentativa de alterar o patamar periférico. Diante do exposto, Mèrcher e Ferreira (2015) discutem a relação da gestão pública em se adaptar nos mesmos espaços das instituições e conferências internacionais na busca por inserir as cidades no âmbito global, visando dinamizar a atuação dos atores locais para que estes possam emergir em escala mundial. Nesse caso, o Sport Club Corinthians Paulista surge como parceiro municipal para realização de um megaevento em Itaquera. O desdobramento desse caso será detalhado no subcapítulo "3.3 A INTERVENÇÃO DA COPA DO MUNDO 2014 EM SÃO PAULO".

Para isso, Castells e Borja (1996), argumentam que as cidades ganharam cada vez mais importância na vida política, social, cultural e nos meios de comunicação, ou seja, um ator coletivo que possui capacidade de influenciar e interagir de acordo com seus interesses do âmbito, local, nacional e internacional. Em vista disso, por meio da sua função articuladora com os atores urbanos, a prefeitura de São Paulo se mobilizou para sediar a Copa do Mundo FIFA de 2014.

Diante do impasse em encontrar um "palco" para o evento, a construção da Neo Química Arena surge no momento oportuno. Com o local definido, a Zona Leste, especificamente Itaquera, foi então confirmada como sede. A subprefeitura de Itaquera, que engloba os distritos Cidade Líder, Itaquera, José Bonifácio e Parque do Carmo, é considerada um distrito central e detém a maior área dentre os demais distritos da região. Com uma população de 523.848 habitantes em seus 54,30 km² (CET), essa vasta área se tornou um foco para transformações urbanas impulsionadas por poder financeiro e serviços avançados, um fenômeno apresentado por Saskia Sassen. Tais transformações se manifestam, por exemplo, no projeto esportivo corintiano, que contou com significativo aporte financeiro de instituições como o BNDES e a Caixa Econômica Federal.

Nesse sentido, Itaquera, na periferia de São Paulo, é inserida na lógica das cidades globais. Para Vainer (2007), as cidades são vendidas para um mercado competitivo, e Itaquera, ao sediar um megaevento de repercussão internacional, utiliza a reconfiguração do seu espaço territorial, atrelado a construção da arena como estratégia. Para atrair turismo, investimentos e cultura, articula-se um marketing urbano que impulsiona um processo de planejamento seletivo na região.

O espaço constituído pela malha mundial de cidades globais, um espaço com novas potencialidades econômicas e políticas, talvez seja um dos espaços mais estratégicos para a formação de novos tipos de políticas, identidades e comunidades, incluindo aquelas transnacionais. Esse é um espaço centrado no lugar, no sentido de que está enraizado em locais específicos e estratégicos, e transterritorial, no sentido de que conecta locais que não são geograficamente próximos, mas que são intensamente conectados entre si (Sassen, 2010, p. 107).

Por isso, a lógica que a autora descreve se encaixa com o contexto da construção do estádio, que conectou Itaquera à rede global. Contudo, essa ligação não é meramente geográfica, mas sim funcional e simbólica, transformando essa periferia em uma zona mundialmente frequentada com visibilidade internacional. Em arremate, conforme Santos (1993), a urbanização brasileira age pela seletividade, o que ele chama de "sítios sociais", espaços que são modificados de acordo com a funcionalidade necessária da sociedade urbana. Nesse caso, certas periferias são valorizadas para atender a interesses econômicos e políticos pontuais no processo de reestruturação do espaço urbano.

3 A POLÍTICA POR TRÁS DOS MEGAEVENTOS ESPORTIVOS

Neste capítulo serão abordados a trajetória de interesses políticos que resultou nos preparativos para realização da Copa do Mundo FIFA 2014 no Brasil e como a prefeitura de São Paulo determinou o estádio para sediar as principais partidas da fase de grupos, incluindo a abertura e semifinal da competição. A primeira etapa é compreender a posição da Política Externa Brasileira (PEB), nos governos que antecederam a realização da Copa do Mundo de 2014, e investigar quais são as diretrizes norteadoras do governo na intenção de atrair um evento de extrema relevância e visibilidade internacional.

No que se refere a PEB de 1989 a 1990, Pecequilo e Carmo (2017) contextualizam que o foco foi a retomada da aproximação com os Estados Unidos, ao ponto que deixava de lado o perfil multilateral global. O alinhamento era comum entre os países da América Latina, cujo principal fator eram os projetos regionais financiados pelos EUA como: a Iniciativa para as Américas (IA); o Acordo de Livre Comércio da América do Norte entre Estados Unidos, Canadá e México (NAFTA), e a Área de Livre Comércio das Américas (ALCA). Não obstante, a partir dos anos 2000, é retomada o movimento de esquerda na América Latina com a chegada de políticos que chegaram ao poder, no Brasil o candidato Luiz Inácio Lula da Silva ganhou as eleições e assumiu como chefe de Estado em 2003. Com isso, o governo brasileiro reorientou as ações para fortalecer a relações multilaterais e garantir maior autonomia e representatividades dos países do Sul Global no sistema internacional.

À vista disso, com a confirmação do Brasil como país sede da Copa do Mundo 2014, exige-se uma avaliação do interesse político e quais os benefícios de se organizar um megaevento, vistas as exigências que a FIFA compreende como necessárias para o sucesso do torneio. Diante dessa decisão, investiga-se a escolha da Neo Química Arena no bairro de Itaquera, localizado na Zona Leste de São Paulo, a alternativa encontrada pelo governo municipal para a abertura do mundial, revelando as motivações e incentivos por trás da decisão. Essa escolha impactou a região periférica que carecia de infraestrutura e atenção por parte das políticas públicas, à medida que configurava um novo reduto da casa corinthiana, “o time do povo”, com mais de 35 milhões de “loucos” apaixonados.

3.1 POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA E MULTILATERALISMO

Para Visentini (2013), a política externa corresponde às diversas facetas de um conjunto das Relações Internacionais, no objetivo de determinar a conduta do governo de um país com outros governos e/ou Estados. Resultado dessas interações podem ser harmoniosas ou conflituosas, portanto a política externa faz parte de um sistema internacional que juntos modulam a política internacional. No campo das Relações Internacionais, Lafer (2018) afirma que a ordem mundial é coordenada pela ação das grandes potências, conforme são feitas alianças e rivalidades o sistema global é moldado de forma assimétrica. Com isso, por exemplo, os primeiros países que ditavam a ordem e poder do sistema interestatal eram três: Áustria dos Habsburgos, a França e o Império Otomano, classificados de grandes, médio e pequenos de acordo com seu poder internacional. Em contrapartida, o século XXI tem testemunhado uma significativa reconfiguração do poder global, com economias emergentes e novas formas de influência diversificando o cenário além de poucos estados dominantes, o que sugere um afastamento do molde assimétrico estrito de eras anteriores.

Para compreender a postura internacional do governo brasileiro e suas implicações internas no período que antecede os fatos desta pesquisa, é essencial retomar o início da presidência de Luiz Inácio Lula da Silva (2003–2010). De acordo com Maciel (2020), apesar de dar continuidade a algumas ações anteriores de Fernando Henrique Cardoso, o governo Lula buscou uma nova conceituação para sua política externa. Isso incluiu a priorização da proteção de recursos naturais estratégicos e o objetivo de um papel mais proeminente no cenário internacional.

Nesse sentido, Silva (2024) argumenta que a atuação brasileira teve enfoque na participação efetiva dentro do sistema internacional e a posição de dialogar com as grandes potências na tentativa de oportunizar mudanças na governança mundial, objetivando o protagonismo e equilíbrio dos países do sul global.

A política externa é um instrumento importante para a promoção do desenvolvimento. Os robustos superávits comerciais mantidos nos últimos anos podem ser atribuídos, ao menos em parte, à abertura de novos mercados. Embora os objetivos da política externa brasileira não possam ser reduzidos a uma visão mercantilista do mundo, uma diplomacia ativa, não limitada por preconceitos ultrapassados, contribuiu para impulsionar os

negócios brasileiros em todo o mundo (Amorim, 2010, p. 216)³.

Como aponta Amorim (2010), a política externa é uma ferramenta significativa para o crescimento do país. Por isso, logo nos primeiros dias após sua posse, Lula empenhou-se em pôr em prática as diretrizes dessa política. Portanto, o Brasil tomou a iniciativa de se posicionar contra a invasão do Iraque pelos Estados Unidos. Primeiramente, porque a ocupação infringiria as recomendações do Conselho de Segurança da ONU, caracterizando uma clara violação do direito internacional. Além disso, o direcionamento de recursos financeiros para os ataques traria mais perdas do que as soluções almejadas, e os argumentos que defendiam a intervenção militar foram subsequentemente comprovados como falsos (Amorim, 2010, p. 2017). Essa postura reflete a nova conceituação que o governo Lula buscou para sua política externa. Nesse sentido, a administração retomou a ideia de terceiro-mundismo nas relações internacionais, priorizando a cooperação Sul-Sul, mas sem se abster de outras áreas.

Tratava-se, assim, de uma política externa de eixos combinados Sul-Sul e Norte-Sul, na qual a América do Sul compreende o espaço preferencial. Neste viés, esta região consiste em uma prioridade estratégica e em um instrumento de projeção de poder brasileiro para além do nível regional. Para alguns, esta dualidade representa um elemento de fraqueza na ação brasileira, na medida em que a retórica que reconhece “prioridade” à região não é necessariamente acompanhada de investimentos político-econômicos para dar-lhes solidez. (Pecequillo e Carmo, 2017, p. 18).

A proposta, então, visa retomar o protagonismo do Brasil na América do Sul e sua projeção no bloco regional. Contudo, a fim de maximizar os benefícios, há uma necessidade de diversificar as trocas, buscando parcerias com outros polos, como as Nações Unidas, os países emergentes do BRICS e os Estados Unidos. Essa prática é conhecida como Multilateralismo, e, conforme Amorim (2010), seu emprego é crucial para um sistema internacional pautado por regras, que busca um mundo mais justo e democrático. Em derradeiro, esse modelo não só visa à perpetuação da paz e segurança, como também impulsiona soluções de comum acordo para questões como mitigar os efeitos das mudanças climáticas ou regulamentar o comércio.

³ Em inglês: “Foreign policy is an important instrument for promoting development. The robust trade surpluses sustained over the last few years can be, at least in part, attributed to the opening of new markets. Although Brazilian foreign policy objectives cannot be reduced to a mercantilist view of the world, an active diplomacy, not limited by outdated preconceptions, helped to boost Brazilian business all over the world”.

Ainda que a reorientação da política externa brasileira tenha ganhado força no governo Lula, é fundamental analisar o contexto macroeconômico prévio que moldou as diretrizes regionais. Posto isso, uma nova fase da política econômica é instaurada com a agenda neoliberal difundida do Consenso de Washington de 1989, a série de medidas eram destinadas aos países emergentes, principalmente da América Latina que tinha a finalidade de conter a crise do endividamento externo e da hiperinflação. Nesse sentido, o Mercosul surgiu em 1990 na intenção de articular os países da América do Sul, inicialmente formado por Argentina, Brasil, Uruguai e Paraguai no processo de integração regional nas áreas da economia, política e social entre os membros.

Com atenção voltada para América do Sul, o governo buscou resgatar o Mercosul e a IIRSA. No discurso da primeira posse, Lula salienta que a prioridade de política externa do seu governo será a construção da América do Sul estável politicamente com ideais democráticos e justiça social, para isso seria necessária a revitalização do Mercosul, que foi enfraquecido diante do cenários de crises que cada país integrante vivenciava (Lula, 2003).

Assim, segundo Honório (2013), a Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana (IIRSA), foi criada no ano 2000 para suprir a defasagem da infraestrutura na América do Sul com objetivo de inserir uma maior competitividade dos países da região na economia global. Nas áreas como energia, transporte e comunicação eram previstas modernização, outros pontos a serem desenvolvidos eram os eixos da integração e desenvolvimento econômico-social.

Para isso, a concretização da infraestrutura seria financiada pelo setor privado e organismos multilaterais como o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), o Banco de Desenvolvimento da América Latina (CAF), o Fundo Financeiro para o Desenvolvimento da Bacia do Prata (FONPLATA) e o Banco Mundial (Honório, 2013, p. 34).

No que concerne esse plano, o incremento de investimento, segundo Pecequillo e Carmo (2017) partiu do apoio do Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDES) sendo investimento mais assíduo. Além de que as empresas brasileiras (privadas e públicas), como a Odebrecht e a Petrobras contribuíram com o processo. Nessa mesma senda, segundo Silva (2024), as mudanças incorporadas pelo governo de Lula da Silva na PEB tiveram alterações sutis em comparação ao terço final do governo de FHC, o principal diferenciando é na tentativa de tornar o Brasil

como ator político global relevante no sistema internacional.

As mudanças percebidas na política externa do governo Lula da Silva tiveram algumas diretrizes: (1ª) contribuir para a busca de maior equilíbrio internacional, procurando atenuar o unilateralismo; (2ª) fortalecer relações bilaterais e multilaterais de forma a aumentar o peso do país nas negociações políticas e econômicas internacionais; (3ª) adensar relações diplomáticas no sentido de aproveitar as possibilidades de maior intercâmbio econômico, financeiro, tecnológico, cultural etc.; e (4ª) evitar acordos que possam comprometer a longo prazo o desenvolvimento (Vigevani e Cepaluni, 2007, p. 291).

Com base nessas diretrizes, a inserção do Brasil como ator ativo no sistema internacional entre as grandes potências objetivou oportunizar o protagonismo e o equilíbrio, especialmente com os países do Sul Global, por meio do Multilateralismo. Segundo o site Relações Exteriores, o Multilateralismo é uma abordagem nas relações internacionais que ressalta a cooperação envolvendo diversos países para solucionar causas globais, promover debate em interesses comuns e desenvolver políticas através das instituições internacionais e firmar acordos.

Como afirma Silva (2024), o multilateralismo foi a forma que o governo do Luiz Inácio Lula da Silva (2003–2010) encontrou para alcançar o protagonismo e parcerias com distintos países, marcando presença em iniciativas como BRICS, IBAS e na tentativa de conseguir cadeira permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU), o que contribuiu para imagem positiva do Brasil, demonstrando sua característica de ‘pacífico’ e ‘negociador’.

Na interpretação das relações brasileiras no plano global, o direcionamento voltado para a cooperação Sul-Sul era uma estratégia importante no desenvolvimento das nações emergentes, indo contra o alinhamento com as grandes potências. Com esse propósito, nasceu o IBAS, formalizado pela Declaração de Brasília em 6 de junho de 2003. Segundo Filho (2009), o encontro reuniu os três ministros de Relações Exteriores, Yashwant Sinha da Índia, Celso Amorim do Brasil e Nkosazana Dlamini-Zuma da África do Sul. Na ocasião, foram declarados pontos de identificação que aproximam as nações, como países emergentes, o protagonismo em suas regiões e o desejo de obter uma vaga permanente no CSNU. Com a finalidade de:

Promover o diálogo Sul-Sul, a cooperação e posições comuns em assuntos de importância internacional; Promover oportunidades de comércio e investimento entre as três regiões das quais os países fazem parte;

Promover a redução internacional da pobreza e o desenvolvimento social; Promover a troca de informação trilateral, melhores práticas internacionais, tecnologias e habilidades, assim como cumprimentar os respectivos esforços de sinergia coletiva; Promover a cooperação em diversas áreas, como agricultura, mudança do clima, cultura, defesa, educação, energia, saúde, sociedade de informação, ciência e tecnologia, desenvolvimento social, comércio e investimento, turismo e transporte. (Ministério das Relações Exteriores, s.d.).

Em acréscimo, no discurso de abertura do Seminário IBAS sobre o Desenvolvimento Econômico com Equidade Social, ocorrida em 03 de janeiro de 2005, no Rio de Janeiro, Celso Amorim, salienta que a criação do IBAS teve efeito positivo para manifestações propícias de outros canais como no caso o G-20, (grupo que reúne as 19 maiores economias do mundo mais a União Africana), no que busca pela justiça no mercado internacional. Mais tarde, Amorim reafirma seu ponto ao dizer que o Fórum IBAS é uma referência de diplomacia usada para construir o mundo mais justo e democrático. (Amorim, 2010, p. 232).

Portanto o desenvolvimento das ideias do IBAS teve o compromisso de incentivar as trocas comerciais e criou fundo de investimento para custear os projetos, ademais o peso político para acentuar a atuação nas instituições internacionais como a ONU e a OMC, tal forma serviu de protótipo para os BRICS, conforme descrito por Maciel (2020).

É nesse cenário de busca por maior protagonismo e redefinição da ordem global que, impulsionado pela crise econômica global de 2008 que atingiu principalmente os países do hemisfério norte, surge o BRIC, bloco econômico formado por Brasil, Rússia, Índia, China e posteriormente a África do Sul (Oliveira, 2013, p. 18). Em linhas gerais:

Seu principal propósito é promover a transformação do sistema de governança global estabelecido após a Segunda Guerra Mundial, por meio da reforma das instituições financeiras tradicionais, como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial, por exemplo. Além disso, busca contribuir para a construção de uma ordem multipolar que reflita a distribuição de poder do século XXI (Rodriguez et. al, 2024, p. 6).

No mesmo teor, a formação do bloco BRICS remonta a 2001, quando o economista britânico Jim O'Neill criou o acrônimo BRIC para designar as emergentes economias de Brasil, Rússia, Índia e China. O'Neill projetava que o grupo poderia intensificar sua participação na economia global em apenas dez anos. Apenas em 2010, a sigla passou a ser formalmente conhecida como BRICS, com a

integração da África do Sul. Além dos membros originais, em 2024 o bloco expandiu-se com a inclusão de novos Estados (Uganda, Nigéria, Vietnã, Tailândia, Bolívia, Argélia, Malásia, Uzbequistão, Cuba, Turquia, Indonésia, Cazaquistão e Belarus) formando o que hoje é conhecido como BRICS+ (Rodriguez et al., 2024, p. 7–8). Demonstrando a crescente capacidade representativa de um mecanismo alternativo no cenário internacional.

Destarte, a busca por um balanço de poder no sistema internacional impulsionou o Brasil a alinhar suas políticas com os países do Sul. Conforme Silva (2024, p. 7), os BRICS surgiram como uma resposta aos países do Norte pela participação na governança global, e agendas em comum foram identificadas em encontros entre os países-membros, seminários acadêmicos e no fortalecimento do vínculo em esferas governamentais e civis.

Segundo Silva (2024), a política reformista de Lula buscou ampliar o espaço do Brasil na arena internacional, notadamente pela tentativa de obter uma cadeira permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU). À medida que o país integrava novos blocos, grupos e organizações, sua popularidade internacional crescia. Exemplo disso foi a criação do G4 (Brasil, Alemanha, Índia e Japão) em 2004, cuja pauta principal era a reestruturação da CSNU.

Um marco, porém, ainda mais emblemático nesse percurso ocorreu em 2010, com o debate sobre o enriquecimento de urânio do Irã. Visto que o programa iraniano era considerado perigoso para a segurança e a paz mundial pelo CSNU, o Brasil assumiu a liderança como mediador neutro do caso. A proposta levada pelo governo brasileiro a Teerã, capital do Irã, era que o enriquecimento fosse desenvolvido na Turquia. Apesar dos complexos desdobramentos dessa iniciativa, o multilateralismo da política externa brasileira demonstrou-se assertivo, aproximando o país de Estados estratégicos, garantindo a cooperação internacional e elevando seu prestígio junto à mídia global, conforme destaca (Silva, 2024, p. 9).

3.2 MEGAEVENTOS ESPORTIVOS

Os megaeventos esportivos no Brasil, como os Jogos Pan-Americanos de 2007, a Copa do Mundo FIFA 2014 e os Jogos Olímpicos de 2016, são compreendidos como instrumento de inserção cultural, mediação simbólica, e tem o poder de acolher o jovem da violência urbana para o esporte, de acordo com Silva

(2010). Para Bernabé e Starepravo (2014), megaeventos promovem a inclusão social e a cultura esportiva, incentivando o desenvolvimento de jovens nas escolas. Contudo, quando se trata de eventos de repercussão mundial, as políticas de incentivo ao esporte vão além do processo interno. Essas ações também funcionam como uma estratégia de política externa, buscando moldar ou reconfigurar a imagem internacional do país. Logo:

Megaeventos esportivos são atrações periódicas que ocorrem de 4 em 4 anos e os mais importantes deles são: Copa do Mundo de Futebol (FIFA), Jogos Olímpicos de Verão e de Inverno e Jogos Pan-Americanos. Esses eventos criam um momento completamente novo para o país que for sediá-lo, trazendo uma concepção de boas práticas, além da possibilidade de mudança da visão que a população tem sobre ética. Observam-se também progresso social, como melhorias de infraestrutura urbanística, criando-se um momento favorável para a ampliação de legados tangíveis e intangíveis para o país sede (Rubio, 2010; Curi, 2013 apud Junqueira, 2018, p. 8).

Corroborando essa perspectiva, Horne e Manzenreiter (2006 apud Curi, 2013, p. 77) destacam que tais eventos possuem características de impactos de larga escala, com forte adesão dos espectadores internacionais, além de causarem profundas transformações nos locais sedes.

Paralelamente a essas transformações locais impulsionadas por megaeventos, o contexto político internacional e a ascensão dos BRICS permitiram que seus membros aproveitassem uma nova onda da ordem mundial. Conforme Oliveira (2013), o perfil dos últimos países sedes que organizaram os megaeventos mudou. Por exemplo, essa alteração iniciou-se em 2008, com os Jogos Olímpicos de Pequim, na China; seguiu com a Copa do Mundo de Futebol de 2010 na África do Sul; e depois com dois eventos no Brasil, a Copa do Mundo de Futebol de 2014 e os Jogos Olímpicos de 2016. Por fim, a Copa do Mundo de Futebol de 2018 na Rússia completou essa sequência.

Essa série de eventos alterou completamente os cenários dos "palcos" anteriores, como os de 1980 a 2006, quando os eventos se concentravam na Europa, América do Norte e Ásia (como os Jogos Olímpicos em Los Angeles, Seul, Atenas e as Copas na França, Coreia do Sul e Japão, e Alemanha). Desse modo, ao passo que a crise econômica dos Estados Unidos explodia em 2008, países considerados do "Terceiro Mundo" emergiram como vitrine para o mundo

Para Curi (2013), países que buscam consolidação internacional precisam

sediar um megaevento esportivo. Além de aumentar a popularidade de políticos, esses eventos são um grande instrumento de projeção internacional, essenciais para melhorar a imagem tanto da cidade quanto do país anfitrião. Assim, representam mais uma oportunidade para a chegada de investidores e o estabelecimento de parcerias.

De acordo com Tavares (2011), megaeventos esportivos oferecem uma chance para cidades e países conquistarem legados positivos de desenvolvimento, o que justifica o interesse dos governos em se candidatar para recebê-los. Entretanto, Santos e Faustino (2017) alertam que os projetos de transformação gerados por megaeventos podem produzir arranjos espaciais que provocam segregação social.

Assim, quando os megaeventos ganharam a dimensão que conhecemos hoje, exigindo condicionantes como arenas, estruturas urbanas e identificação para os turistas. Com isso, um grande alerta foi aceso pela sociedade civil quanto aos gastos para a realização desses eventos. Na Copa do Mundo de Futebol de 2014, por exemplo, o valor superou os R\$ 27 bilhões. A legitimação que os políticos apresentam para essa enorme demanda de investimentos de recursos públicos reside nos legados que as cidades podem receber após o término dos jogos (Santos e Faustino, 2017, p. 7).

Nesse sentido, os gastos públicos direcionados para a realização da Copa do Mundo ecoaram negativamente em forma de manifestação organizada pela sociedade civil tomando as ruas de São Paulo e, em seguida, espalhou-se pelo Brasil. Esses protestos ocorreram em 2013, durante a Copa das Confederações, uma espécie de "ensaio" para a Copa principal, e também no ano seguinte, em 2014, durante a própria Copa do Mundo. Como descrito por Costa e Souza (2017), a insatisfação dos movimentos sociais com a situação de exclusão social das políticas públicas teve ampla repercussão na mídia nacional e internacional.

No contexto das exigências para sediar o evento, Rodrigues (2015) destaca que a mobilidade urbana foi um dos pontos primordiais a serem aprimorados no projeto da Copa do Mundo. Nesse segmento, Duarte e Cavalcante (2015) detalham como a cidade de São Paulo articulou seu Plano de Mobilidade Urbana, iniciado em 2011. A proposta visava evitar dificuldades de acesso para os espectadores que frequentariam as imediações da arena, priorizando a integração dos transportes ferroviários, como metrô e trem (Metrô e CPTM), bem como a integração com as

frotas de ônibus e o deslocamento a pé. O planejamento operacional criou particularidades durante os dias de jogos, com flexibilização do rodízio de veículos e das faixas exclusivas de ônibus para minimizar os congestionamentos. Além disso, o serviço especial disponibilizou o "Expresso da Copa", que forneceu transporte direto da estação da Luz à Neo Química Arena (Arena Corinthians) em aproximadamente 20 minutos pela Linha 11-Coral da CPTM. Entre as reformas:

Foram realizados investimentos que resultaram na implantação do conjunto de obras de infraestrutura viária e todo o suporte de sinalização, controle e monitoramento de tráfego executado na região Leste da Cidade de São Paulo, que contribuem para o desenvolvimento desta região, qualificada como uma das mais populosas da cidade. Para atender ao Plano de Mobilidade de São Paulo foram executadas obras de arte como viadutos, passarelas, passagens subterrâneas, alças de acesso, novas vias e trechos de vias, redes de semáforo, dispositivos de monitoramento do tráfego, cicloviárias e diversas obras de menor porte como barreiras de concreto, rebaixamento de guias em travessias de pedestres, instalação de piso podotátil e outras que contribuíram para a melhoria das condições de circulação e acessibilidade não apenas no entorno da Arena de São Paulo e do Polo Institucional previsto para a região mas, também, para a melhoria das condições de acessibilidade em áreas mais distantes, através de ligações de média e longa distância que receberam melhorias viárias, com a implantação de sinalização de orientação e de rotas orientadas para acesso à região de Itaquera (Duarte e Calvacante, 2015, p. 9).

As grandes obras para a Copa, conforme apontam Carvalho e Gagliardi (2015), incluíram a já mencionada mobilidade urbana. Além disso, o plano de desenvolvimento da Zona Leste previu melhorias em outras áreas, com destaque para a estrutura viária da Avenida Jacu-Pêssego. Essa avenida é uma rota estratégica, ligando o norte (onde fica o Aeroporto de Guarulhos) ao sul (Porto de Santos e o ABC paulista). Para impulsionar esse desenvolvimento, foi instituída a Lei nº 13.872/04 de São Paulo, que criou a Operação Urbana Consorciada Rio Verde-Jacu (OUCJP). O objetivo dessa operação é oferecer incentivos fiscais para empresas que se instalarem na região, visando estimular o crescimento econômico local.

Em 2013, a Lei OUCJP foi atualizada pela Lei nº 15.931/13, que estabelece benefícios específicos para empresas do setor de serviços, como informática, educação, treinamento, hospedagem e telemarketing, que se instalarem no local. Os benefícios incluem isenção total do IPTU e até 60% de desconto no ISS sobre os serviços prestados por 20 anos, além de possíveis isenções no ITBI-IV e no ISS sobre a construção civil. O intuito é que tais políticas atraiam mais empregos para a

área.

Considerando as afirmativas apresentadas, os megaeventos esportivos se mostram um instrumento estratégico na projeção das cidades no cenário global. Em conformidade com Sassen (1991, 2010), cidades globais são centros de poder econômico, financeiro e político. Nesse contexto, os megaeventos funcionam como uma ferramenta potente para atrair investimentos e capital. Seus propósitos os fazem atuar como pólos da economia mundial e espaços onde se manifestam inovações e serviços especializados, mas frequentemente operam sem considerar os aspectos sociais.

[...] Os vícios surgem em particular do tratamento do trabalho e do ambiente como meras mercadorias. Em caso de conflito, o Estado neoliberal típico tende a ficar do lado do clima de negócios favorável em detrimento seja dos direitos (e da qualidade de vida) coletivos do trabalho, seja da capacidade de auto-regeneração do ambiente. O segundo campo de vícios vem do fato de que, em caso de conflito, os Estados neoliberais tipicamente favorecem a integridade do sistema financeiro e a solvência das instituições financeiras e não o bem-estar da população ou a qualidade ambiental (Harvey, 2005, p. 81).

Essa lógica, trazida por Harvey (2008), reforça como São Paulo utilizou a oportunidade seletiva da Zona Leste em uma estratégia de empreendedorismo urbano neoliberal. Isso significa que a cidade priorizou lugares específicos para atrair capital privado, muitas vezes sem considerar os benefícios para a população local. Portanto, segundo Carvalho e Gagliardi (2015), a Copa do Mundo, ao direcionar investimentos e desenvolvimento econômico para Itaquera, alterou a percepção que a região antes recebia de espaço periférico. Depois da Copa, a Zona Leste entrou no radar dos planos da prefeitura e, conseqüentemente, a mídia passou a enxergar seu potencial. A modernização, então, ganhou força no intuito de transformá-la em um novo centro, mesmo que esteja em uma área mais afastada.

Contudo, com essa mudança de status, os autores mencionam o termo "espaço concebido", referindo-se à projeção do imaginário do bairro e instigando a curiosidade sobre o que esperar do seu futuro. Assim, faz-se imprescindível questionar: a apropriação do espaço realmente surtiu efeito para os moradores? Quais melhorias surgiram em acessos? O aluguel aumentou? O transporte melhorou? As oportunidades de emprego e a qualidade de vida tiveram resultados positivos?

3.3 A INTERVENÇÃO DA COPA DO MUNDO 2014 EM SÃO PAULO

A FIFA é a entidade máxima do futebol mundial, responsável por formular e reforçar as regras do esporte, além de organizar os campeonatos mundiais, tanto entre clubes quanto entre seleções. Ao ser escolhido como país-sede, o Brasil recebeu da FIFA uma série de exigências de infraestrutura para atender ao público visitante e à mídia internacional. A entidade designa vistorias das ações previstas, com o objetivo de padronizar a experiência das edições, o que incluía obras de remanejamento para acomodações turísticas, segurança e telecomunicações (Carvalho e Gagliardi, 2015, p. 467–468). A Copa do Mundo, por sua vez, é uma competição disputada entre as melhores seleções do mundo, que acontece de quatro em quatro anos em locais previamente determinados por sorteios ao final de cada torneio (Costa e Souza, 2017, p. 106). Nesse contexto, o Brasil foi selecionado pela FIFA para sediar o mundial de 2014 em 30 de outubro de 2007.

Na ocasião em Zurique na Suíça, sede da FIFA, a delegação brasileira era composta pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o presidente da CBF, Ricardo Teixeira, 12 governantes estaduais, o ministro do esporte, Orlando Silva, o senador, Marconi Perillo, em nome do Congresso Nacional, o escritor Paulo Coelho, o ex-jogador, Romário e o técnico da seleção, Dunga (Froncillo e Almeida, 2013, p. 2).

Conforme descreve Curi (2013), o processo de escolha da sede da Copa do Mundo consiste no preenchimento de um questionário. Após essa etapa, o colegiado eleitoral vota em sessões fechadas ao público para a escolha do candidato. A cerimônia do anúncio é mantida em segredo, com o resultado em um envelope, revelado apenas no momento da divulgação. Esse rito é mantido mesmo quando existe um único postulante à sede, como ocorreu com o Brasil nas edições da Copa do Mundo de 1950 e, novamente, para 2014.

De acordo com informações dadas por O Globo (2012), a desistência da Argentina e da Colômbia fez do Brasil o único concorrente para sediar a Copa do Mundo. Com a oficialização da escolha em solo brasileiro, diversas capitais do país mostraram interesse em hospedar os jogos do torneio. Em 31 de maio de 2009, o processo de seleção determinou as 12 capitais que sediariam a Copa do Mundo: Rio de Janeiro, São Paulo, Belo Horizonte, Porto Alegre, Curitiba, Brasília, Salvador, Recife, Fortaleza, Natal, Manaus e Cuiabá. Com essa escolha, cidades como Florianópolis, Goiânia, Campo Grande, Belém e Rio Branco foram preteridas. Entre

as confirmadas, São Paulo garantiu sua vaga e, subsequentemente, em 11 de outubro de 2011, a FIFA divulgou que a capital paulista seria o local de abertura do torneio.

Após a escolha do Brasil como sede, o governo teve que aprovar legislações específicas, conhecidas como Lei Geral da Copa (Lei 12.663/2012). Essa lei abrangeu diversas modificações para atender às exigências da FIFA, incluindo isenções fiscais, direitos comerciais, adaptação de estruturas e até mesmo a permissão de entrada de bebidas alcoólicas nos estádios durante a competição, algo que antes era proibido.

Gaffney (2015) aponta que a FIFA se isentou de assumir os custos de segurança do evento, deixando a responsabilidade pelo treinamento dos agentes a cargo das cidades-sede. Caso ocorresse algum dano ou incidente com a segurança pública durante o evento, a FIFA seria indenizada. Segundo Gaffney (2015), a Lei Geral da Copa garantiu total respaldo legal para a entidade máxima do futebol atuar no país.

Para Castro et al. (2015), o Estado ficou à mercê dos interesses das organizadoras. Um exemplo foi quando o governo do estado do Rio de Janeiro concedeu a Lei Ordinária nº 6363/2012. A lei concedeu à FIFA, e serviu de base para o Comitê Olímpico Internacional (COI), o poder de legislar sobre as atividades econômicas e publicitárias, além de oferecer uma série de isenções sobre as taxas estaduais.

Um outro aspecto enfatizado por Santos Júnior (2015) é que a candidatura do Brasil para sediar megaeventos foi pensada como um projeto de intervenção urbana, visando à reestruturação e renovação das cidades. Nesse contexto, esses eventos são uma forma de legitimar os altos custos dos investimentos. Esse raciocínio reafirma os conceitos já mencionados sobre as cidades globais de Saskia Sassen e o empreendedorismo urbano neoliberal de David Harvey, que buscam posicionar as cidades na rede global. De maneira semelhante, Ribeiro e Santos Júnior (2015) analisam que os megaeventos esportivos são uma solução que países e cidades-sede buscam para atrair o capital acumulado, servindo de palco para os circuitos temporários de investimento da dinâmica global do capital financeiro.

Diante do prestígio de protagonizar a abertura da Copa do Mundo FIFA 2014, a decisão pela Neo Química Arena teve suas controvérsias. É considerada um ato político simbólico, marcado por articulações institucionais e relações de poder (Leão

et al., 2017, p. 370). Inicialmente, o Estádio Cícero Pompeu de Toledo, mais conhecido como Morumbi e de propriedade do São Paulo Futebol Clube, era a principal estrutura de estádio na cidade e tinha grande favoritismo para sediar o evento. Com seu histórico de jogos internacionais, era um forte candidato para receber o evento.

Além de que o bairro do Morumbi, localizado na Zona Oeste, é reconhecido pelo seu alto padrão de vida. A infraestrutura local inclui hospital renomado (Albert Einstein), serviços educativos, parques, shopping center, academias, bancos e vias de acesso facilitado, como a Marginal Pinheiros e transporte público com a Linha 9-Esmeralda (Estação Morumbi da CPTM) e a Linha 4-Amarela (Estação São Paulo–Morumbi do metrô), como também linhas extensas de ônibus (Veja SP, 2023).

Porém, mesmo se adequando às reformas exigidas pela FIFA, o clube perdeu prestígio devido a divergências com a Confederação Brasileira de Futebol (CBF), a entidade máxima do futebol brasileiro.

Segundo Farias et al. (2017), a proposta do time do São Paulo não foi aceita pelo Comitê Organizador Local (COL); a diretoria do clube acabou esbarrando em discordâncias com a CBF, especialmente com Ricardo Teixeira, o então mandatário esportivo brasileiro. Isso fez com que a candidatura do estádio perdesse força, abrindo espaço para as demais alternativas na cidade.

De acordo com Froncillo e Almeida (2013), os autores detalham o motivo que levou à recusa na negociação para o estádio do São Paulo e como o Corinthians entra na jogada. A FIFA tinha aprovado um orçamento de R\$ 630 milhões para o projeto. No entanto, o clube do Morumbi recusou e contrapropôs um modelo mais modesto no valor de R\$ 265 milhões. Consequentemente, esse modelo foi rejeitado e o Estádio Cícero Pompeu de Toledo foi tirado de cogitação para a Copa em 2014.

Não obstante, Ricardo Teixeira garantiu que São Paulo, o coração financeiro e comercial do Brasil e uma das maiores cidades do mundo, não ficaria fora do evento. Em setembro daquele ano, o Sport Club Corinthians Paulista comemorava seu centenário e, como forma de presente ao torcedor, anunciou o acordo feito com a construtora Odebrecht para a construção da chamada arena, termo que se refere a um modelo modernizado de estádio.

A princípio, os termos orçamentários para o Morumbi giraram em torno de R\$ 335 milhões, com financiamento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), que também havia sido qualificado para aportar na linha de

crédito das obras da Copa do Mundo. Segundo os autores (Leão et al., 2017), esses fatos culminaram no veto final do clube do Morumbi para sediar a abertura da Copa do Mundo. A decisão, ainda em aberto à época, ganha novos rumos após uma reunião em 2010 entre o então governador de São Paulo, Alberto Goldman, o prefeito de São Paulo, Gilberto Kassab (2006–2012), e o presidente da CBF e do Comitê Organizador Local do Mundial, Ricardo Teixeira.

Dessa maneira, a Arena Corinthians (Neo Química Arena), que já estava em construção, recebeu o aval político do então presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, e do presidente em exercício do clube, Andrés Sanchez, figuras primordiais do projeto. A articulação entre o governo federal, a Prefeitura Municipal de São Paulo, a CBF e a construtora privada Odebrecht tornou possível o tão aguardado "sonho" corintiano de possuir a "casa" própria. A iminência de receber um megaevento esportivo viabilizou o financiamento das obras por meio de incentivos fiscais e apoio institucional.

Em destarte, em 20 de julho de 2011, o prefeito de São Paulo aprovou a Lei de Incentivos Fiscais para a construção da Arena Corinthians, por meio da Lei 15.413/2011. Essa lei também inclui empresas que pretendem se instalar em diversos bairros da Zona Leste, como São Miguel Paulista, São Mateus, Itaim Paulista, Guaianases, Ermelino Matarazzo e Cidade Tiradentes. Com isso, a norma compreende a emissão de Certificados de Incentivo de Desenvolvimento (CIDs) de até 60% do valor do investimento, limitado a R\$ 420 milhões, além da suspensão do ISS sobre a construção civil relacionada à arena. A justificativa para tal medida era a alegação de que a Copa do Mundo geraria R\$ 30 bilhões de incremento no PIB paulistano e R\$ 1 bilhão em impostos nos anos seguintes. A medida foi classificada como incentivo e não como subsídio, pois a prerrogativa só seria contemplada se o projeto da arena fosse aprovado pela FIFA (Prefeitura São Paulo, 2011).

A concretização da Arena Corinthians para a Copa, no entanto, não foi um projeto isolado ou repentino. Entre os projetos para a construção da própria casa, a "Fazendinha", foi a conquista mais palpável do estádio corintiano. Nomeado Alfredo Schürig, mas popularmente conhecido como Fazendinha, o estádio possui capacidade para 18 mil lugares e foi inaugurado em 25 de janeiro de 1923, verifica-se na Figura 2 a estrutura da época, que está localizado nas instalações do clube social, no Parque São Jorge, bairro do Tatuapé. No entanto, com o crescimento massivo da torcida, o Corinthians teve que disputar seus jogos em

estádios que comportassem o número expressivo de "fiéis" apaixonados pelo clube (Corinthians, 2022).

Diante do anseio por estádio maior, a construção da arena para o Corinthians era uma questão de tempo e um desejo antigo, datado de 1988, quando houve um acordo entre o ex-presidente corintiano Vicente Matheus e o prefeito Jânio Quadros. Por meio da Lei 10.622, foi concedida uma concessão de 90 anos de um terreno em Itaquera, como pode ser observado na Figura 3. Esse terreno serviu inicialmente como centro de treinamento da categoria de base e futuramente daria lugar ao tão aguardado estádio próprio (Serafim, 2014, p. 2). O terreno ficava ao lado da estação recém-criada, representada pela Figura 4, cujo nome foi alterado para Corinthians-Itaquera. Embora o projeto inicial previsse um estádio com capacidade para 200 mil lugares, ele não saiu do papel, sendo realizados apenas estudos de terraplenagem (Silva et al., 2017, p. 10).

Figura 2: Estádio Alfredo Schürig, a "Fazendinha".



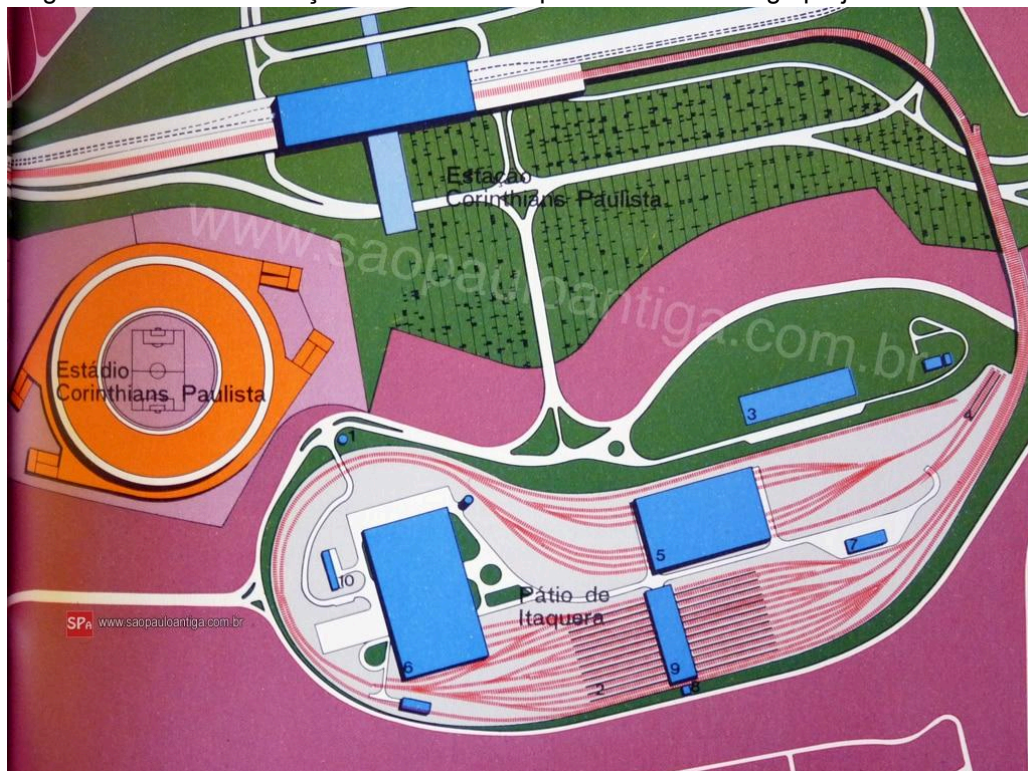
Fonte: Site do Corinthians.

Figura 3: Terreno em Itaquera concedido ao Corinthians.



Fonte: Terreno da construção da Arena Corinthians, apud Serafim, 2014.

Figura 4: Planta da Estação Corinthians-Itaquera e ao lado antigo projeto do estádio.



Fonte: São Paulo Antiga (Planta Estação de Metrô Corinthians-Itaquera), apud Oliveira, 2013.

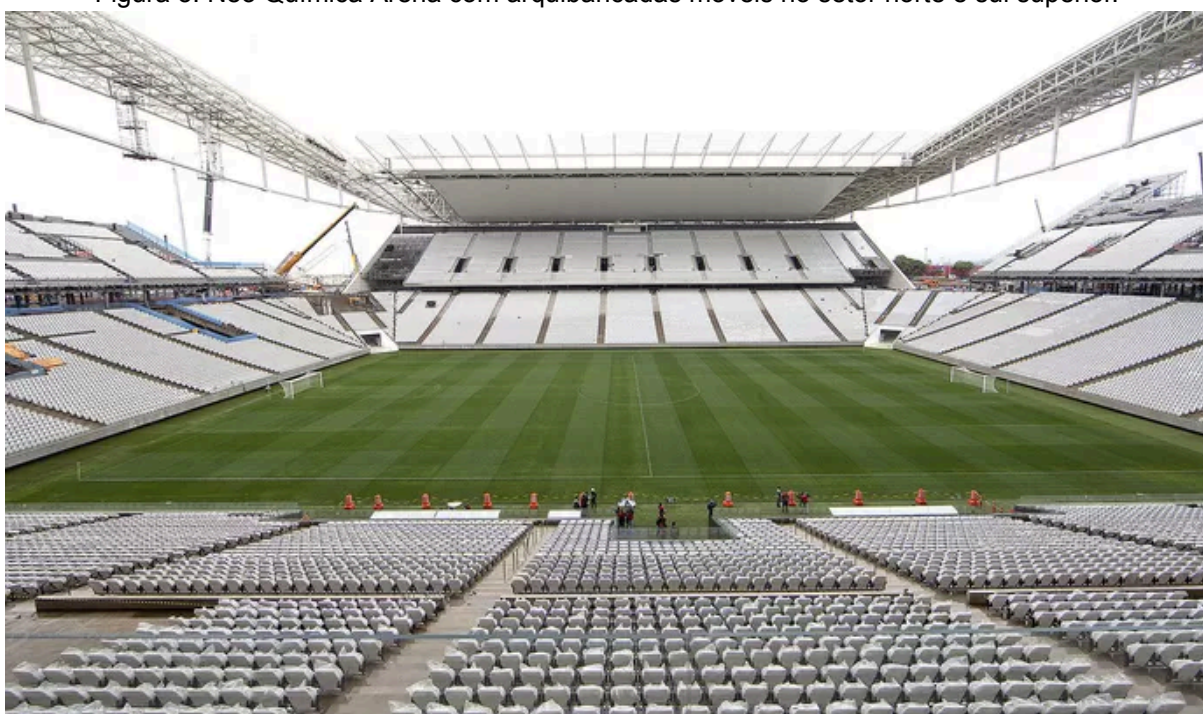
Somente no ano de 2011 o projeto do estádio começou a sair do papel. No segundo semestre de 2010, a construção do estádio foi confirmada pelo então presidente Andrés Sanchez, com um valor orçado em R\$ 350 milhões. Originalmente, a Arena Corinthians teria capacidade para 48 mil pessoas. No entanto, para receber a abertura da Copa do Mundo, a FIFA exigia um mínimo de 60

mil lugares, assim, a capacidade precisaria ser ampliada. A reunião que definiu as modificações reuniu representantes das organizações como dirigentes da CBF e da Federação Paulista de Futebol, e ficou acordado aumentar mais 20 mil lugares (G1 SP, 2010).

A Neo Química Arena passou por adaptações para a Copa do Mundo, com a adição de duas estruturas de arquibancadas móveis que seriam utilizadas apenas durante a competição, conforme detalhado nas Figuras 5 (com arquibancada) e 6 (sem arquibancada). A obra foi assinada no montante de R\$ 570 milhões (Folha de São Paulo, 2010).

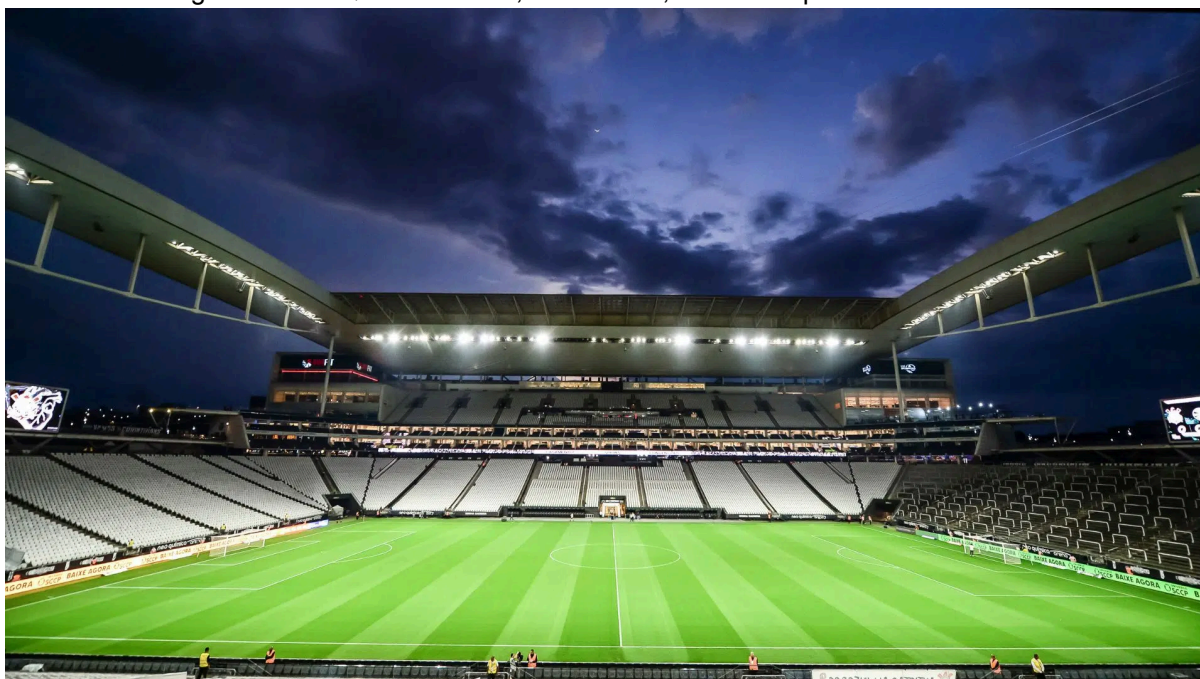
O projeto previa a venda do nome comercial da arena, os chamados Naming Rights, que, segundo o ex-presidente Andrés Sanchez, estipulava o recebimento de R\$ 400 milhões por um período de 20 anos (Sportv, 2015). As negociações para essa venda foram abertas desde 2011, porém sem sucesso. Entre especulações, apenas em sua terceira passagem como presidente do Corinthians que Sanchez concretizou a negociação. Em 2020, foi anunciada a venda para a Hypera Pharma, companhia do ramo farmacêutico, que adquiriu o direito de estampar a marca vinculada à arena no valor de R\$ 300 milhões por 20 anos. O nome escolhido para o estádio foi, então, Neo Química Arena (GE, 2020).

Figura 5: Neo Química Arena com arquibancadas móveis no setor norte e sul superior.



Fonte: Site GE.

Figura 6: Neo Química Arena, atualmente, sem as arquibancadas móveis.



Fonte: Site Sport Buzz.

Para além dos aspectos financeiros, a consolidação do projeto é resultado de importantes articulações políticas e aprovações legais. Como a aprovação do COL e das legislações que facilitaram a construção da arena. Vale lembrar que a motivação inicial do Corinthians era adquirir o Estádio Municipal Paulo Machado de Carvalho, o Pacaembu, onde o clube passou a mandar seus jogos e que foi palco de algumas de suas conquistas mais recentes. Porém, segundo Kassab, Lula teve grande influência na escolha do local da Copa em São Paulo. Sendo conselheiro vitalício do Corinthians, o presidente da República declarou em reuniões que o estádio precisava ser erguido na Zona Leste para desenvolver a região (Site PSD, 2014).

Adicionalmente, os governantes compreendiam que Itaquera oferecia excelente acesso à infraestrutura de transportes, localizada praticamente ao lado do estádio (G1 SP, 2010). Dessa forma, o objetivo era replicar as transformações observadas nas Operações Urbanas Água Espraiada e Faria Lima, criando espaço para novos pólos econômicos e de serviços. Isso buscava gerar novas receitas de interesse público e inserir novas rotas turísticas municipais (Prefeitura de São Paulo, 2011).

Portanto, como ressalta Farias et al. (2017, p. 355), a confirmação da escolha de Itaquera foi possível devido à força do clube e aos aliados políticos, que atuaram como atores-chave e definiram o endereço da Copa antes mesmo da conclusão das

obras. Esse processo de requalificação da Zona Leste, no bairro de Itaquera, impactado pela construção da Neo Química Arena, o recolocou em uma nova percepção do espaço. Originalmente descrita como uma "cidade-dormitório" com precariedades e ausência de desenvolvimento urbano, a Copa do Mundo deu à região a notoriedade, inserindo-a na rota para investimentos no local.

Nesse contexto, a definição de São Paulo como uma das cidades-sede do mundial de seleções de 2014, e a consequente construção do estádio na Zona Leste, deve ser compreendida como expressão das estratégias de inserção internacional adotadas pelo Brasil à época. O governo Lula (2003–2010), ao buscar ampliar o protagonismo do país no cenário global por meio do diálogo com grandes potências e do fortalecimento do Sul Global, enxergou nos megaeventos esportivos uma vitrine para reafirmar sua capacidade de organização e projeção internacional.

Com base nas reflexões do capítulo anterior, é possível analisar que a cidade de São Paulo foi incorporada às dinâmicas globais de valorização seletiva do espaço urbano. A escolha pontual pelo bairro de Itaquera, reflete uma política urbana articulada à lógica da globalização econômica, apontada por autores como Santos (1993) e Sassen (1991), na qual determinados territórios se tornam alvo de investimentos estratégicos, enquanto outros continuam marginalizados.

Embora apresentada como uma chance de desenvolvimento local e requalificação de áreas historicamente negligenciadas, a realização de megaeventos é compreendida como instrumento de diplomacia pública e de inserção internacional que, muitas vezes, reforça a lógica centro-periferia. Como enfatiza Lefebvre (2008), o espaço urbano é fruto de relações sociais e, portanto, expressa desigualdades estruturais que não se dissolvem unicamente pela implementação de grandes empreendimentos.

Nesse contexto, ainda que a paradiplomacia municipal tenha atuado de forma relevante ao posicionar a capital paulista como cidade-sede da Copa, tal iniciativa esteve alinhada à lógica seletiva descrita por Castells (2000), segundo a qual as transformações urbanas priorizam interesses econômicos e simbólicos, frequentemente distantes das reais demandas da população local. A tentativa de projetar uma imagem internacional de "cidade global", nos moldes propostos por Sassen (1991), passou a integrar as estratégias de governos subnacionais, mas seus efeitos concretos se mantêm desiguais.

Assim, a Copa do Mundo de 2014 pode ser entendida tanto como um marco

figurativo da inserção internacional do Brasil, quanto como expressão das contradições da urbanização periférica no país. As promessas de legados tangíveis e intangíveis à população confrontam-se com os alertas de Santos e Faustino (2017), que apontam como eventos dessa magnitude tendem a intensificar padrões de segregação, seletividade de investimentos e uso instrumental do território como mercadoria.

Conclui-se, portanto, que embora a política externa brasileira e as iniciativas locais tenham buscado ampliar o protagonismo do país e da cidade de São Paulo no cenário internacional, os efeitos desse processo revelam uma urbanização mais orientada por demandas globais do que por justiça social e garantia do direito à cidade. A inserção periférica no circuito dos megaeventos, como no caso de Itaquera, permanece condicionada por uma lógica de valorização estratégica que reafirma a centralidade do capital na produção do espaço urbano contemporâneo.

4 AVALIAÇÃO DOS LEGADOS E SEUS IMPACTOS

Nesta seção, serão analisadas as transformações ocorridas no processo que buscou desenvolver o bairro de Itaquera, incentivado pela construção da Neo Química Arena como sede da Copa do Mundo FIFA 2014 em São Paulo. A realização de megaeventos esportivos tem sido justificada pelos legados que trazem às cidades-sede, como desenvolvimento urbano, atração de investimentos e melhoria da imagem da cidade no exterior. A citação mais contundente desse sucesso são os Jogos Olímpicos de Barcelona de 1992, um modelo considerado um sucesso que provocou profundas modificações positivas na infraestrutura urbana, no turismo e na qualidade de vida (Ministério do Esporte, 2008, p. 189–191). No entanto, a literatura que analisa as experiências observa um alerta sobre a integralidade do caso, sobretudo do espanhol. A complexidade dos impactos, principalmente em países periféricos como no caso da cidade de São Paulo, exige um olhar mais crítico aos seus reais resultados e também as especificidades em utilizar o conceito de cidade global a partir de territórios periféricos.

4.1 A TRANSFORMAÇÃO DE ITAQUERA APÓS A COPA

Os Jogos Olímpicos de Barcelona de 1992 são o caso mais expressivo quando se trata do sucesso de gestão de megaeventos esportivos com impacto positivo na cidade-sede. A avaliação bem-sucedida foi influenciada por diversos fatores, que incluíram a ambição da transformação urbana, a organização no financiamento e a capacidade de atrair investidores (Ministério do Esporte, 2008, p. 190).

Conforme Romero (2011), o projeto da cidade catalã tomou medidas para que toda a cidade fosse incluída no planejamento. As reformas no centro histórico e o foco nas áreas costeiras, como a reabertura ao mar, surtiram efeitos positivos no setor do turismo e na projeção da imagem internacional. A atenção à criação de parques, não apenas nas áreas centrais da cidade, possibilitou o surgimento de novas centralidades periféricas. Em termos de infraestrutura, o acesso foi melhorado com a construção de túneis, anéis viários (Rondas) e a ampliação do metrô com 11 novas estações.

A mobilidade aérea também recebeu um incremento com a capacidade para

comportar 12 milhões de passageiros por ano, bem como a conexão com o centro. Por conseguinte, Barcelona ganhou melhorias na tecnologia com a instalação da rede de fibra óptica e uma incubadora de empresas. Ainda de acordo com Romero (2011), o diferencial do projeto foi o planejamento para que não houvesse uma única região abrangida pelo desenvolvimento.

Conforme aponta Bianco (2010), a Vila Olímpica de Barcelona foi utilizada para a reurbanização de uma área isolada da cidade, seguindo normas de sustentabilidade. Em relação à satisfação popular local, houve uma mudança significativa e favorável no senso de comunidade. Outrossim, o programa de voluntários capacitou mais de 35 mil pessoas com estudos de idiomas. No âmbito da cultura e educação, foram criados museus e atividades estudantis, como o Centro de Estudos Olímpicos da Universidade Autônoma de Barcelona. Para a economia, os resultados foram influenciados pela diminuição da taxa de desemprego de 18,4% para 9,6% (Romero, 2011, p. 92).

O caso consolidou a imagem da cidade em destaque entre as cidades europeias, em um momento de redemocratização e crise de identidade em decorrência da ditadura franquista. De igual modo, o aumento considerável de turistas após o evento reafirma o modelo de cidade-sede a ser seguido (Ministério do Esporte, 2008, p. 190).

Entretanto, no que tange aos aspectos negativos determinados pelas Olimpíadas de 1992, Bianco (2010) ressalta que os legados carecem de investimento, principalmente na educação e na promoção de atividade física. Outro elemento problemático foi a valorização imobiliária, que agravou a desigualdade e o custo do aluguel ao redor dos parques olímpicos, além do aumento da dívida pública.

Em seguida, ao considerar os possíveis legados deixados por megaeventos esportivos, a exemplo dos Jogos de Barcelona, cabe direcionar para a realidade brasileira. Em São Paulo, especificamente no bairro de Itaquera, na Zona Leste, nota-se um histórico processo de transformações urbanas que marcaram sua trajetória. Essas mudanças foram impulsionadas, sobretudo, pelo êxodo rural e intensificadas pela escolha da cidade como sede da Copa do Mundo FIFA 2014. Assim, Itaquera, de raízes historicamente rurais, passou a incorporar características urbanas em função da expansão da capital paulista.

De início, com a chegada dos imigrantes na região, principalmente as colônias

japonesas em 1925, eles se concentraram nas atividades produtivas agrícolas com o plantio de verduras e frutas, com destaque para o cultivo de pessegueiros, tornando-se grandes produtores no país. O fim desse processo gradativo rural ocorreu a partir da década de 70, período em que São Paulo introduziu o plano de desenvolvimento industrial. Diante desse comportamento, o Polo Industrial da Zona Leste foi criado, levando à instalação de indústrias, como as metalúrgicas, no local.

No entanto, o crescimento desordenado provocou problemas de infraestrutura. A procura por moradias, ocasionada pela demanda de emprego, fez com que fossem construídas as chamadas Companhias de Habitação Popular (COHABs). Os problemas foram surgindo à medida que aumentava o fluxo de pessoas, ocasionado pelo baixo valor do solo. Consequentemente, a precariedade da infraestrutura (rede de energia elétrica, pavimentação, escolas, hospitais e transporte público) ficou evidente, necessitando de um planejamento urbano. Apenas décadas depois com a confirmação da Copa de 2014 em Itaquera, a gestão pública encaminhou o desenvolvimento urbano esquecido para Zona Leste, que teve lampejos de atenção por parte dos governantes na sua história.

A escolha de Itaquera como sede do megaevento se fundamentou nos impactos positivos de legados como o de Seul, Londres, Pequim e Barcelona, cujos impactos eram aguardados há anos pela população. Entre as obras viárias, foram programados viadutos, passarelas, passagens subterrâneas, novas alças de acesso e novas vias. As ações previam a modernização de vias existentes e a criação do Complexo do Polo Viário Itaquera, com um custo de R\$ 548,5 milhões, custo esse que seria pago entre o Governo do Estado e a Prefeitura, visando a melhoria da mobilidade da região (Chaves, 2014, p. 67–68).

O Plano de Desenvolvimento da Zona Leste, formulado pela Prefeitura, apresentou o Polo Institucional de Itaquera, conforme mostra a Figura 7, que, segundo o então prefeito Fernando Haddad (2013–2016), prometia a geração de 53 mil postos de trabalho (Goerck, 2014, p. 59). A localidade prevista do polo é próximo das estações de Itaquera (Metrô e CPTM) e do Shopping Itaquera, dispondo de escolas técnicas, hospital, pavilhão de exposições, centros de convenções, hotel, laboratórios e a incubadora do Parque Tecnológico de São Paulo (Prefeitura de São Paulo, 2012).

Além desses, o poder público havia programado a construção de uma rodoviária, um quartel da PM e um corpo de bombeiros. A Unidade de Pronto

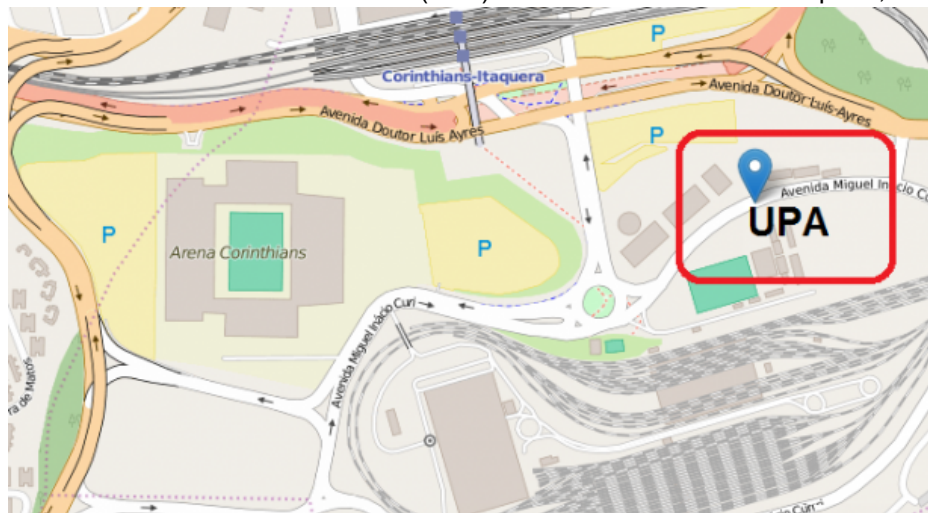
Atendimento (UPA) foi a mais recente a ser instalada, observa-se o local da instalação na Figura 8, com capacidade para atender mais de 500 pessoas por dia (Meu Timão, 2016). Ainda assim, o projeto segue sem conclusão. Atualmente, o local conta com o estádio, as unidades de ensino FATEC e ETEC, o serviço de saúde UPA, o shopping, o Poupatempo, o metrô e o terminal de ônibus já estabelecidos (Desenvolve Itaquera, 2019).

Figura 7: Projeto do Polo Institucional Itaquera.



Fonte: Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano de São Paulo, 2012.

Figura 8: Unidade de Pronto Atendimento (UPA) no Polo Institucional de Itaquera, São Paulo.



Fonte: Site Meu Timão.

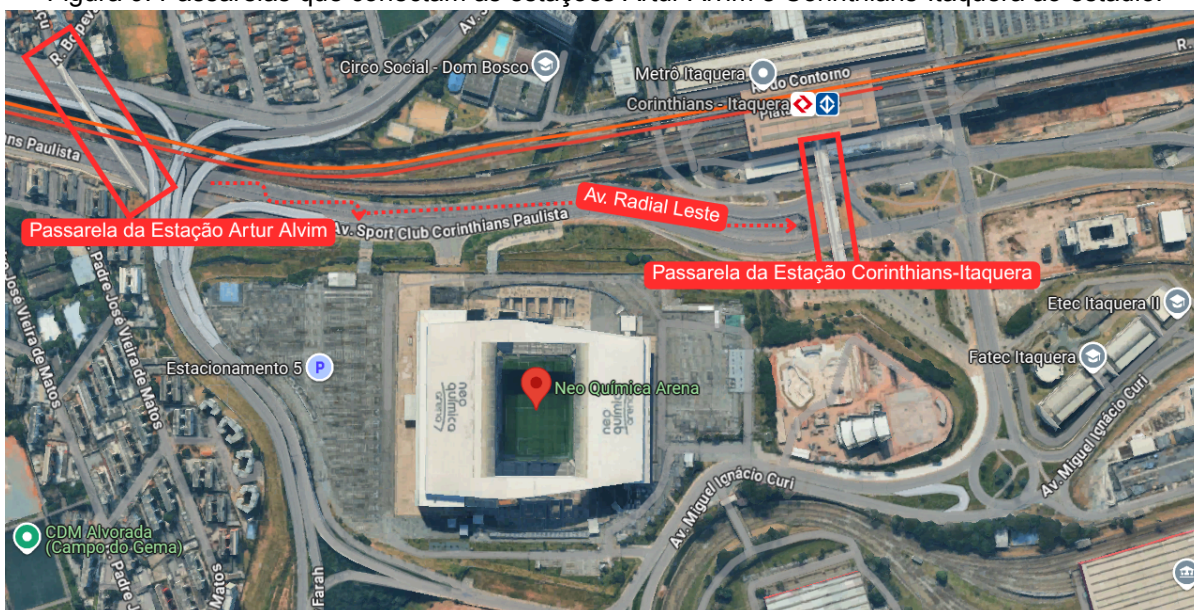
Todavia, a atenção dada às obras de mobilidade em Itaquera revelou um caráter contraditório. Ainda que o metrô seja o principal meio de deslocamento na região, com cerca de 900 mil pessoas transitando pela subprefeitura de Itaquera, a priorização foi para a locomoção por automóveis particulares, que atendem apenas 196 mil usuários (Baumgaertner, 2023, p. 9).

Nesse sentido, Rolnik (2012) afirma que, embora as obras resultantes de megaeventos esportivos devessem ter um impacto positivo para a população, no Brasil a ordem é inversa. Isso ocorre porque são definidas primeiro as localizações dos estádios e aeroportos, e as obras são pensadas para conectar esses pontos às hotelarias, sem considerar o transporte coletivo em benefício da população local.

Outro aspecto que reforça a ideia de que os legados não foram projetados em prol dos moradores locais é o tratamento dado às duas passarelas construídas para a Copa do Mundo. Uma delas liga a Estação Artur Alvim à arena, e a outra, reformada, conecta a Estação Corinthians-Itaquera ao estádio, como ilustra a Figura 9. Porém, o acesso por essas passarelas tornou-se exclusivo nos dias de jogos. Isso força a população a atravessar por baixo da movimentada Radial Leste, dividindo espaço com automóveis (Baumgaertner, 2023, p. 11–12).

Portanto, de acordo com moradores locais os principais impactos positivos ocasionados pelas reformas por parte dos serviços públicos foram sentidos na área de mobilidade urbana, seja na melhoria do terminal de ônibus, vias ao redor do estádio e acesso facilitado ao metrô (Baumgaertner, 2023, p. 8).

Figura 9: Passarelas que conectam as estações Artur Alvim e Corinthians-Itaquera ao estádio.



Fonte: Elaboração própria a partir de imagem do Google Earth, 2024.

Não obstante, Oliveira (2015) aponta que as implicações negativas decorrem da escolha de Itaquera como sede da Copa e das obras de infraestrutura que provocaram uma valorização imobiliária. Segundo o relato de uma moradora da COHAB 1, apartamentos que custavam cerca de R\$ 60 mil antes da construção do estádio passaram a ser avaliados em R\$ 250 mil após o evento. A proprietária da região alega que esse novo valor se equipara ao de apartamentos na Barra Funda (Goerck, 2014, p. 45).

Em reafirmação, um dado adicional revela que, em 2010, o metro quadrado em Itaquera custava R\$ 10,00. No ano seguinte, em 2011, o preço teve uma valorização de 100%, dobrando para R\$ 20,00 o metro quadrado, conforme Carta Capital (2014 apud Oliveira, 2015). Esse aumento no valor da terra, em detrimento da perda do poder de compra dos moradores, levou ao processo de gentrificação.

Em consonância, Freitas (2020) argumenta que esse “progresso urbano”, simbolizado pela expansão do Shopping Metrô Itaquera em 2017 e impulsionado pela presença da Neo Química Arena, foi determinante para a valorização do metro quadrado na região entre maio de 2012 e abril de 2018. Nesse período, o preço de imóveis de um dormitório acumulou alta de 34,1%, superando a média da cidade de São Paulo e acompanhando uma elevação de 139,8% no Índice Geral de Preços do Mercado (IGP-M). Embora a chamada “classe C” tenha vivenciado uma melhora no poder de compra, em parte devido à ampliação do crédito habitacional promovido pelo Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV), os maiores ganhos foram absorvidos pelas construtoras, que lucraram significativamente com a construção e comercialização de novos empreendimentos (Freitas, 2020, p. 14–15).

Consequentemente, conforme afirma Oliveira (2015), cerca de 2.000 famílias tiveram que se deslocar de Itaquera para ocupar um terreno próximo ao Parque do Carmo, pois não conseguiam mais arcar com a alta dos aluguéis. Como solução, a mobilização dos governos federal e municipal atuou para que fossem construídas Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS), destinadas a famílias de baixa renda.

Além disso, segundo D’Andréa (2012) a construção da arena e do Parque Linear previsto para a região implicou a remoção de 4.500 famílias de favelas sem uma política de reassentamento na própria região. Esse processo priorizou a classe média baixa, em detrimento do investimento em moradia popular e mais linhas de metrô, que seriam essenciais para a população local. Ademais, conforme analisa Santos (2011), a inserção de grandes marcas globais (Adidas, Coca-Cola,

McDonald's) como parceiras comerciais da FIFA reforça o caráter de "mercadoria de consumo massificado" do espaço, onde a competição esportiva serve como pano de fundo para a expansão do capital financeiro. Essa dinâmica de "empreendedorismo" urbano, que busca atrair fontes externas de financiamento e novos investimentos, é intrinsecamente especulativa e pode gerar a "expulsão/varredura de camadas socioeconômicas de baixa renda", formando um "arco de pobreza" ao redor da área de intervenção.

Seguindo essa lógica, muitos moradores passaram a colocar seus imóveis à venda, buscando aproveitar a valorização imobiliária em curso. Criou-se, assim, a expectativa de que turistas estrangeiros procurassem apartamentos próximos à arena, impulsionando ainda mais a demanda. Entretanto, conforme relatado por uma moradora, isso não se concretizou, pois os visitantes acabaram optando por outras áreas centrais da cidade (Goerck, 2014, p. 49). Ainda assim, números divulgados pela EMBRAESP indicam que a região experimentou um expressivo aumento na construção de unidades residenciais verticais. Como consequência, houve um crescimento do Valor Geral de Vendas (VGV), com média superior à registrada em outras subprefeituras do município segundo Nobre (2016 apud Baumgaertner, 2023, p. 12).

Os impactos, contudo, não se restringiram a São Paulo. Em diversas cidades-sede, os efeitos sociais foram significativos, com remoções de famílias e processos de deslocamento forçado. No Rio de Janeiro, por exemplo, mais de 3 mil pessoas estavam sob ameaça, incluindo cerca de 350 famílias da Vila Autódromo, tradicional comunidade localizada próxima ao Parque Olímpico. Em Itaquera, a construção da arena do Corinthians provocou a elevação do custo de vida, contribuindo para a expulsão de moradores de classe média baixa. A ausência de transparência por parte do Poder Público e as pressões exercidas por construtoras, frequentemente amparadas na suposta irregularidade fundiária, agravaram o sentimento de insegurança entre os residentes (Porto et al., 2013, p. 438–439).

No entanto, ao se ampliar o olhar para além dos índices econômicos, as contradições tornam-se evidentes. De acordo com Marangoni (2017), apesar de São Paulo ser a maior metrópole da América Latina, ainda enfrenta profundos desafios sociais. A Zona Leste, justamente onde ocorreram as principais transformações urbanas impulsionadas pelos eventos da Copa do Mundo, concentra 33% da população paulistana e 40% dos desempregados da cidade, além de registrar a

menor renda familiar média e os maiores índices de moradias inadequadas. Diante desse cenário, a autora chama atenção para o caráter seletivo das intervenções realizadas em Itaquera, problematizando os chamados “legados urbanos” e questionando a quem, de fato, beneficiaram os avanços pontuais em infraestrutura e serviços básicos, especialmente em relação ao direito à cidade. Nesse sentido, D’Andréa (2012) é enfático ao afirmar que:

De fato, o estádio poderia fazer parte de um projeto realmente sério de desenvolvimento da região, que beneficiasse os moradores também enquanto habitantes da cidade e trabalhadores, e não só em sua face torcedora. O problema do estádio é ele servir como catalisador de apoio a uma Copa que está longe de ser em benefício das classes populares. Pelo contrário, o evento referenda o processo social de apagamento do passado operário e nordestino do bairro de Itaquera. Cabe lembrar que não se é contra processos de urbanização e melhorias urbanas, mas a pergunta a ser feita é: de fato são intervenções que visam à melhoria das condições urbanas para os atuais moradores ou são intervenções pontuais que reatualizarão os processos de expulsão e segregação socioespacial? (D’Andréa, 2012).

A análise fortalece o argumento de que, longe de promover inclusão e desenvolvimento sustentável, os investimentos concentrados nos megaeventos intensificam processos históricos de desigualdade e exclusão, disfarçados sob o discurso de modernização urbana. A autora Marangoni (2017) salienta que o chamado “legado” da Copa evidenciou a pontualidade e a insuficiência das intervenções públicas, como exemplificado pela chegada tardia de água encanada em algumas residências da Viela da Paz, após décadas de espera.

Enquanto isso, estádios construídos em cidades como Cuiabá, Natal, Manaus e Brasília tornaram-se verdadeiros “elefantes brancos”, com baixa taxa de uso e altos custos de manutenção, gerando dívidas para os governos estaduais. A promulgação da Lei Geral da Copa (Lei nº 12.663/2012) ilustrou a adoção de um “Estado de Exceção”, em que direitos foram suprimidos e a segurança pública foi militarizada para conter manifestações populares, revelando a prioridade conferida ao capital em detrimento dos direitos sociais. Nesse cenário, comunidades como a Viela da Paz e a ocupação “Copa do Povo” resistiram às tentativas de remoção e à especulação imobiliária, protagonizando uma luta contínua pelo direito à moradia e à cidade em meio a persistentes desigualdades urbanas, como aponta Marangoni (2017).

Em termos de comparação, o período pós-Copa revela transformações

pertinentes para Itaquera, iniciada pelos conjuntos habitacionais e mais recente com implementação de infraestrutura e investimentos imobiliários. Essa dualidade na produção do espaço resultou em uma nova forma de segregação, onde Itaquera se tornou um "centro polarizador" de investimentos, em contrapartida o Conjunto Habitacional José Bonifácio, embora parte da mesma subprefeitura, manteve características de "periferia da região de Itaquera" (Freitas, 2020, p. 17). Isso evidencia que a mercantilização do espaço urbano contribuiu para a intensificação das desigualdades territoriais, gerando desequilíbrios socioespaciais mesmo entre áreas vizinhas da própria Zona Leste, a Figura 10 representa visualmente a aproximação entre os distritos citados acima.

Figura 10: Composição da Subprefeitura de Itaquera



Fonte: Prefeitura de São Paulo, Saúde.

Por outro lado, para a massa corinthiana, a construção do estádio teve um forte impacto simbólico, representando uma profunda resignificação do espaço. Segundo Toledo (2013), durante anos a torcida "vagou por espaços que não lhe pertenciam", o que reforçava o sentimento de ausência de uma verdadeira "casa". A escolha de Itaquera, na Zona Leste, concretizou um antigo sonho coletivo. Como expressa o próprio hino do clube: "És do Brasil, o clube mais brasileiro", a realização

da obra materializa, assim, o desejo comum do brasileiro, e não podia ser diferente de uma nação de torcedores por um espaço próprio. Ainda segundo Toledo (2013), a arena carrega consigo uma verdadeira “engenharia emocional”, na qual os materiais da construção adquirem um caráter “corinthianizado”. Essa dimensão afetiva reforça o sentimento de pertencimento e altera a percepção popular do bairro, como a fala apresentado pelo autor no convívio com torcedores, “Itaquera não é tão feia assim”, apontando para uma reorganização simbólica e para um processo de valorização do território na memória e no imaginário popular.

Do ponto de vista ambiental, o megaevento também gerou preocupações em relação ao desperdício de água e à produção excessiva de resíduos, sobretudo nos hotéis. Ainda que iniciativas como a “Copa Verde”, propostas de estádios sustentáveis e metas de redução de emissões de carbono tenham sido anunciadas, especialistas questionavam a eficácia e a suficiência dessas medidas (Porto et al., 2013, p. 441). Dessa forma, considera-se que os investimentos bilionários destinados à Copa do Mundo poderiam ter sido mais bem aplicados em áreas prioritárias, como saúde e educação, o que evidencia que as escolhas governamentais refletem critérios de prioridade política, e não necessariamente a falta de orçamento.

No que se diz a respeito aos relatos sobre a vivência em dias de jogo da Copa do Mundo de 2014 em Itaquera, fica evidente a presença de uma série de controvérsias e protestos que colocavam em xeque o real legado deixado à população.

Aproveitei o deslocamento para observar pelas janelas algumas transformações que a Copa do Mundo propiciou ao caminho entre a região central da cidade e a Zona Leste. Esse meu anseio foi frustrado por algo inesperado: vários tapumes foram colocados ao longo do trajeto entre certas estações, o que impedia a visualização da paisagem urbana. Tal fato me deixou intrigado e logo me fez pensar na construção de uma São Paulo “para turistas ver”, com a ocultação de determinados espaços degradados e com a visibilidade estratégica de espaços “maquiados” a partir do investimento de grandes empresas, como Nike, Brahma, Coca-Cola, dentre outras. Quando já não se via mais tapumes, apareciam inúmeros prédios com enormes grafites alusivos à Copa. Nas janelas dos apartamentos situados nas bordas da linha férrea imperava o verde e amarelo das bandeiras do Brasil. À proporção que o metrô avançava, o clima do megaevento se tornava cada vez mais envolvente. Se em outras regiões da cidade manifestava-se certo rancor futebolístico, ao menos em direção à Zona Leste parecia que sim, “vai ter Copa!” (Machado, 2014, p. 2).

Nesse sentido, o autor enfatiza a crítica à estratégia de embelezamento urbano, voltada a impressionar turistas e a mídia internacional, que, em vez de reduzir desigualdades, contribui para reforçá-las e escancarar o abismo social presente nas grandes metrópoles. Por sua vez, esse contraste é evidenciado nas falas de lideranças da ocupação, como Serginho e Zezito, que não se opunham ao evento em si, mas criticavam a forma como os recursos públicos estavam sendo direcionados. A ocupação, com suas trilhas estreitas, barracas numeradas, cozinhas comunitárias e a ausência de eletricidade e rede de esgoto, escancarava a precariedade vivida pelos moradores, em contraste com a infraestrutura moderna e bilionária do estádio, um símbolo das prioridades invertidas no planejamento urbano e social (Machado, 2014, p. 5–6).

Portanto, é inegável que as obras provocaram mudanças significativas na Zona Leste, especialmente no distrito de Itaquera. No entanto, entre as intervenções previstas, muitas não foram concluídas, inclusive obras viárias de infraestrutura, como a exclusão da construção do Monotrilho (Linha 17-Ouro) e o abandono do projeto do trem-bala. Do ponto de vista econômico, a Copa do Mundo de 2014 teve, em âmbito nacional e no estado de São Paulo, um impacto positivo no Produto Interno Bruto (PIB). Apesar disso, essa aparente bonança foi acompanhada de uma expressiva “inflação de custos” em praticamente todos os projetos (como a arena e os aeroportos de Guarulhos e Viracopos), como apontado por Silva (2016).

No âmbito social, os desdobramentos foram marcantes, sobretudo nas áreas mais vulneráveis, manifestando-se principalmente através das remoções forçadas e dos protestos. Conforme Silva (2016), a Copa do Mundo de 2014 no Brasil registrou o maior número de remoções forçadas de famílias, com cerca de 25.000 pessoas afetadas em doze cidades-sede. Em São Paulo, essas remoções se concentraram na Comunidade Favela da Paz, com a prefeitura se comprometendo a reassentar 120 famílias em conjuntos habitacionais como o Minha Casa Minha Vida.

Porém, muitas famílias foram obrigadas a sair de suas casas através da "autointerdição" dos imóveis, sob a justificativa de riscos à integridade física dos ocupantes, mesmo com algumas famílias morando no local por décadas. Esse processo gerou impactos nas relações sociais e dificultou o acesso a direitos, especialmente quando o deslocamento era para áreas mais periféricas com infraestrutura precária. A gentrificação e a especulação imobiliária se tornaram evidentes, com a valorização imobiliária em um raio de 5 km ao redor da Arena

Corinthians beneficiando o setor imobiliário, mas forçando comunidades de baixa renda a migrarem (Silva, 2016, p. 146–147).

Em suma, os megaeventos esportivos, como a Copa do Mundo, são frequentemente justificados pela promessa de legados positivos. Embora a população de Itaquera reconheça algumas melhorias na mobilidade, como as vias de circulação ao redor do estádio, pinturas e sinalização (Goerck, 2014, p. 55), os impactos não significaram um desenvolvimento econômico abrangente ou a geração de empregos prometidos. Apesar do otimismo inicial, a Copa não se concretizou como um benefício universal para todos. Portanto, muitos negócios enfrentaram quedas no movimento devido aos bloqueios de ruas e à concentração de gastos dos turistas em áreas mais centrais (Chaves, 2014, p. 39–40).

Diante desse panorama, fica evidente que o sucesso de projetos urbanos atrelados a megaeventos exige mais do que a simples concretização de obras ou a atração de capital. É fundamental que a gestão pública desenvolva políticas urbanas focadas e integradas, que realmente conciliem os interesses do evento com as demandas permanentes da população. Não basta "encaminhar políticas eventuais" com a expectativa de que um objetivo (como sediar um evento global) automaticamente ocasionará um retorno (como o desenvolvimento local justo e equitativo). Pelo contrário, a experiência de Itaquera sugere a necessidade de um planejamento mais palpável, que antecipe e mitigue os efeitos adversos, garanta a participação efetiva da comunidade e priorize o legado social e econômico de longo prazo para todos os cidadãos, e não apenas para o evento em si.

Por fim, segundo Silva (2016) a Copa do Mundo em Itaquera, assim como em outras sedes brasileiras, demonstrou que a realização de megaeventos esportivos em países emergentes, embora possa impulsionar o desenvolvimento de infraestrutura e a economia, frequentemente resulta em custos inflacionados, violações de direitos, e acirramento das desigualdades sociais.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo analisou a construção da Arena Corinthians (Neo Química Arena) em Itaquera e seus impactos como desdobramentos da promoção de São Paulo como cidade global. A pesquisa revelou que, embora a iniciativa tenha visado a inserção da Zona Leste no contexto de São Paulo como Cidade Global a partir da Copa, os resultados são complexos e, em alguns aspectos, alinhados às críticas de teóricos como Milton Santos e David Harvey sobre a urbanização em países periféricos.

A centralidade desta pesquisa decorre pelo conceito de cidade global proposto por Sassen (1991), que define que essas metrópoles como pontos de comando altamente concentrados na organização da economia mundial, locais-chave para finanças e serviços especializados, centros de produção de inovações e mercados para produtos. A cidade de São Paulo, possui característica que a classifica como “alfa” desse conceito, segundo a rede de pesquisa Globalization and World Cities Research Network (GaWC), assim com um PIB nacional significativo, busca atrair investimentos, concentrando-se nos setores financeiro, comercial e cultural. Contudo, a aplicação do conceito de cidade global em contextos periféricos (no Sul Global), como o de São Paulo e, mais especificamente, Itaquera, deve ser feita como ressalvas.

Segundo Santos (1990, p. 20), São Paulo sempre teve a característica de se adaptar a tendência do mercado, sendo a única cidade do mundo subdesenvolvido que não parou, durante muito tempo, com a produção agrícola e continuo-se a adaptar de acordo com a demanda interna e externa, respeitando a cada momento histórico a integrar a modernidade com inovações, transporte, mercado e consumo.

Autores como Carvalho (2000) e Prancha (2016) argumentam que o conceito de cidade global, concebido com base na realidade de metrópoles ricas e industrializadas do Hemisfério Norte, pode ser inadequado para descrever cidades do Sul Global. Sua aplicação sem considerar características específicas, como infraestrutura insuficiente, profundas desigualdades sociais e exclusão de uma parcela da população da economia mundial, pode ocultar problemas estruturais e levar à criação de “cidades vitrines”, onde o planejamento urbano prioriza imagem em vez das necessidades sociais.

Assim, a construção da Neo Química Arena em Itaquera, impulsionada pela

Copa do Mundo FIFA 2014, representou uma oportunidade entre os dirigentes e estadistas, bem como a tentativa para elevar o status da região e inseri-la nessa lógica de cidade global. A gestão pública procurou levar o desenvolvimento urbano para a Zona Leste, que historicamente carecia de infraestrutura e atenção. Dessa maneira, entre as obras prometidas, destacam-se as melhorias em mobilidade urbana, com viadutos, passarelas e novas vias, além da modernização do terminal de ônibus e do acesso ao metrô e trem, visando facilitar o deslocamento para a arena e o Polo Institucional Itaquera. Portanto, essas ações foram justificadas pela expectativa de legados positivos, como os Jogos Olímpicos de Barcelona de 1992.

No entanto, a análise revelou que os impactos em Itaquera foram contraditórios e, em alguns aspectos, aquém das expectativas de um desenvolvimento equitativo. A priorização da mobilidade para automóveis particulares em detrimento do transporte coletivo, da mesma forma a restrição de acesso a passarelas para a população local com acesso liberado somente em dias de jogos, demonstraram que as obras foram pensadas para conectar pontos específicos do megaevento, e não necessariamente para beneficiar a comunidade local de forma abrangente.

Adicionalmente, o processo de requalificação de Itaquera, inserida na lógica do capitalismo urbano, resultou em uma significativa valorização imobiliária, impulsionando a gentrificação. O aumento do custo de aluguéis e dos imóveis forçou cerca de 2.000 famílias a se deslocarem da região, evidenciando que a reestruturação do espaço urbano, embora incentivada por interesses econômicos e políticos pontuais, negligenciou o bem-estar social e qualidade de vida da população mais vulnerável. Conforme Harvey (2008), essa lógica do empreendedorismo urbano neoliberal prioriza a atração de capital privada sem considerar o remanejamento benéfico à população, transformando a pobreza em um “entorno” que diminui o valor de mercado das cidades.

Um outro aspecto apresentado por Santos (1990), a respeito das implicações da globalização aos países periféricos nos processos de urbanização, discorre na disposição do direcionamento massivo para a fundamentação das infraestruturas econômicas, em oposição ao investimentos destinados aos projetos prioritários de cunho social, motivo pelo qual tiveram protestos contra a Copa do Mundo 2014 no Brasil. Com resultado algumas obras são direcionadas ao megaevento em si do que para a população, expondo a incoerência da justificativa dos gastos públicos. Diante

do exposto, independente do caso ser bem visto como modelo de sucesso, os legados dos megaeventos esportivos trazem consigo consequências profundas a cidades-sede, muitas vezes sem considerar elementos fundamentais muito além das obras estruturantes, o desenvolvimento social e especialmente a educação e o serviço básico de saúde.

A partir da análise realizada, confirma-se a hipótese de que a construção da Arena Corinthians implicou em mudanças estruturais e simbólicas no bairro de Itaquera. Apesar disso, essas transformações foram seletivas, pontuais e concentradas em função do evento esportivo. Houve melhorias em infraestrutura e mobilidade urbana, mas elas não se traduziram necessariamente em um aumento significativo da qualidade de vida para a população local no longo prazo. A inserção simbólica de Itaquera em redes globais revela o potencial de periferias urbanas em participar da lógica de projeção internacional, mas também denuncia o caráter instrumental e efêmero dessa inclusão. A cidade global, tal como formulada por Sassen, não se materializa de forma homogênea no território urbano, pelo contrário, reproduz desigualdades e segregações já existentes.

O caso de Itaquera demonstra como megaeventos podem ser utilizados como instrumentos de marketing urbano e reconfiguração territorial seletiva. A população local é beneficiada parcialmente, enquanto o espaço é transformado para atender às demandas da visibilidade global. Nesse sentido, a lógica da cidade global opera como um espelho que reflete mais as intenções políticas e econômicas do que as necessidades sociais. Como desdobramento, propõe-se que futuras pesquisas considerem investigar como outras periferias urbanas têm sido integradas (ou não) à lógica da cidade global a partir de eventos internacionais e políticas de marketing territorial. Conclui-se que, mais do que um legado, o que se verifica é a permanência de um modelo de urbanismo voltado à espetacularização do espaço, cuja inclusão é mais simbólica do que substantiva. A história de Itaquera, nesse contexto, é também a história da produção desigual das cidades latino-americanas.

REFERÊNCIAS

- AGÊNCIA PLACAR. Especial Copa 2014: candidato único mais uma vez. O Globo Esportes, 30 out. 2007. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/esportes/especial-copa-2014-candidato-unico-mais-uma-vez-4144009>. Acesso em: 26 jun. 2025.
- FILHO, João Genésio de Almeida. O fórum de diálogo Índia, Brasil e África do Sul (IBAS): análise e perspectivas. Brasília, DF: Ministério das Relações Exteriores: Fundação Alexandre de Gusmão, 2009.
- AMORIM, Celso. Brazilian Foreign Policy under President Lula (2003–2010): an overview. Revista Brasileira de Política Internacional, Rio de Janeiro, v. 53, ed. especial, p. 214–240, 2010.
- AMORIM, Celso. Discurso do Ministro Celso Amorim por ocasião da abertura do Seminário IBAS sobre Desenvolvimento Econômico com Equidade Social. Rio de Janeiro, 3 ago. 2005. Brasília, DF: Ministério das Relações Exteriores, 2005. Disponível em: <https://www.gov.br/mre/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/discursos-artigos-e-entrevistas/ministro-das-relacoes-exteriores/discursos-mre/celso-amorim/discurso-do-ministro-das-relacoes-exteriores-embaixador-celso-amorim-por-ocasio-da-abertura-do-seminario-ibas-sobre-desenvolvimento-economico-com-equidade-social>. Acesso em: 05 jun. 2025.
- B3. Institucional: quem somos. Uma das principais empresas de infraestrutura de mercado financeiro do mundo. [S. l.: s. n.], [2025?]. Disponível em: https://www.b3.com.br/pt_br/b3/institucional/quem-somos/. Acesso em: 30 abr. 2025.
- BARBOSA, Marina. B3 é a 20ª maior bolsa do mundo, veja ranking. Investidor10, 31 maio 2024. Disponível em: <https://investidor10.com.br/noticias/b3-e-a-20-maior-bolsa-do-mundo-veja-ranking-104678/>. Acesso em: 30 abr. 2025.
- BATISTA, Sinoel. A paradiplomacia e seus atores nas políticas públicas locais na América Latina: experiências de São Paulo e Montevideú. 2010. 182 f. Dissertação (Mestrado em Integração da América Latina) – Programa de Pós-Graduação em Integração da América Latina, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.
- BAUMGAERTNER, Jaqueline Flória. A disputa pelo legado do megaevento esportivo Copa do Mundo FIFA 2014 em Itaquera-SP. Anais do XV ENANPEGE, Campina Grande, Realize Editora, 2023.. Disponível em: <https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/93842>. Acesso em: 08 jul. 2025.
- BAUMGAERTNER, Jaqueline Flória. Nos rastros da Copa do Mundo FIFA 2014: Reflexões críticas sobre a produção do espaço urbano em Itaquera, São Paulo, SP. Revista do Departamento de Geografia, São Paulo, v. 43. 2023.

BERNABÉ, Andressa Peloi; STAREPRAVO, Fernando Augusto. Megaeventos esportivos: o desenvolvimento do legado esportivo educacional. *Pensar a Prática*, Goiânia, v. 17, n. 2, p. 456–471, jan./mar. 2014.

BRAGA, Marcelo. Arena Corinthians supera R\$ 1 bilhão, e novo empréstimo deve ser tomado. *GE.Globo*, São Paulo, 21 abr. 2014. Disponível em: <https://glo.bo/1i93xBv>. Acesso em: 02 jul. 2025.

BRASIL. Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania. IBAS - Fórum de Diálogo entre Índia, Brasil e África do Sul. 17 jun. 2010. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/politicas-para-mulheres/arquivo/assuntos/acoes-internacionais/Articulacao/articulacao-internacional/ibas/ibas-forum-de-dialogo-entre-india-brasil-e-africa-do-sul>. Acesso em: 07 jun. 2025.

BUENO, Guilherme. Multilateralismo. *Relações Exteriores*, 16 nov. 2024. Disponível em: <https://relacoesexteriores.com.br/glossario/multilateralismo/>. Acesso em: 05 jun. 2025.

CANHEDO, Ana; CASSUCCI, Bruno. Corinthians anuncia venda dos naming rights da Arena. *GE.Globo*, São Paulo, 1 set. 2020. Disponível em: <https://ge.globo.com/futebol/times/corinthians/noticia/corinthians-vende-naming-rights-arena-hypera-pharma-neo-quimica-oficial-anuncio.ghtml>. Acesso em: 30 jun. 2025.

CARDILLI, Juliana. Estádio custará R\$ 350 milhões, diz presidente do Corinthians. *G1*, São Paulo, 30 ago. 2010. Disponível em: <https://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2010/08/estadio-do-corinthians-custara-r-350-milhoes.html>. Acesso em: 29 jun. 2025.

CARVALHO, Mônica de. Cidade global: anotações críticas sobre um conceito. *São Paulo em Perspectiva*, v. 14, n. 4, p. 70–82, 2000.

CASTELLS, Manuel. *A questão urbana*. Tradução de Arlene Caetano. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

CASTELLS, Manuel; BORJA, Jordi. As cidades como atores políticos. *Novos Estudos CEBRAP*, São Paulo, n. 45, p. 152–166, jul. 1996.

CHAVES, Vitor Knöbl Moneo. O impacto econômico da construção do estádio do Corinthians no processo de desenvolvimento local do bairro de Itaquera - São Paulo (SP). 2014. 86 f. Relatório Final de Iniciação Científica (Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica - PIBIC) – Escola de Administração de Empresas de São Paulo, Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 2014.

COMPANHIA DE ENGENHARIA DE TRÁFEGO (CET). Análise técnica da infraestrutura cicloviária por Subprefeitura: Subprefeitura Itaquera. São Paulo: CET, [s.d.]. Disponível em: <https://www.cetsp.com.br/media/938496/22bltaquera.pdf>. Acesso em: 23 mai. 2025.

COMPANHIA DO METROPOLITANO DE SÃO PAULO (METRÔ). Pesquisa origem e destino 1987: Região Metropolitana de São Paulo, Síntese das informações. São Paulo: METRÔ, 1990.

CONCEIÇÃO, Jefferson José da. A cidade global: liderança de São Paulo e gestão Haddad. Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Trabalho – Prefeitura de São Paulo, 18 fev. 2016. Disponível em: <https://capital.sp.gov.br/web/desenvolvimento/w/noticias/212222>. Acesso em: 10 out. 2024.

CORRÊA, Roberto Lobato. O espaço urbano. 3. ed. São Paulo: Ática, 1995. (Série Princípios, n. 174). Disponível em: <https://reverbe.net/cidades/wp-content/uploads/2011/08/Oespaco-urbano.pdf>. Acesso em: 06 dez. 2024. p. 1–16.

CORRÊA, Roberto Lobato. O espaço urbano. São Paulo: Ática, 1986. (Série Princípios, n. 174).

COSTA, Carmen Lúcia Neves do Amaral; SOUZA, Jamily Vasconcelos Caribé. Análise dos movimentos sociais contra a Copa do Mundo no Brasil em 2014 e suas dimensões políticas. Internet Latent Corpus Journal, Aveiro, v. 7, n. 2, p. 1–15, 2017.

CURI, Martin. A disputa pelo legado em megaeventos esportivos no Brasil. Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, ano 19, n. 40, p. 65-88, jul./dez. 2013. DA REDAÇÃO. As 10 maiores empresas do Brasil - Petrobras, Vale e Itaú estão na lista. Exame, 5 set. 2024. Disponível em: <https://exame.com/invest/guia/quais-sao-as-maiores-empresas-do-brasil/>. Acesso em: 30 abr. 2025

D'ANDREA, Tiarajú. Itaquera, muito além da Copa do Mundo. Le Monde Diplomatique, 3 abr. 2012. Disponível em: <https://diplomatique.org.br/itaquera-muito-alem-da-copa-do-mundo/>. Acesso em: 15 jul. 2025.

DUARTE, Tadeu Leite; CALVACANTE, Gladis Garcia Ribeiro. Copa 2014: São Paulo, plano de mobilidade em ação. São Paulo, 2014. p. 1–9.

E O POLO INSTITUCIONAL ITAQUERA?. Jornal Desenvolve Itaquera, 10 jun. 2019. Disponível em: <https://desenvolveitaquera.com.br/2019/06/10/polo-institucional-itaquera-mais-uma-g-estao-assume-e-nenhuma-novidade-e-apresentada-pela-prefeitura/>. Acesso em: 28 jun. 2025.

FERREIRA, Igor. PIB dos municípios mostra que economia do país continuou a se desconcentrar em 2021. Agência de Notícias IBGE, 15 dez. 2023. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/38683-pib-dos-municipios-mostra-que-economia-do-pais-continuou-a-se-desconcentrar-em-2021>. Acesso em: 30 abr. 2025.

FREDERICO, Claudio de Senna. Do planejamento tradicional de transporte ao moderno plano integrado de transportes urbanos. São Paulo: Secretaria dos Transportes Metropolitanos do Governo do Estado de São Paulo, 2001.

FREITAS, Carolina Alvim de Oliveira. Transformações na produção da periferia: o caso de Itaquera e o Conjunto Habitacional José Bonifácio. Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.22296/2317-1529.rbeur.202028>. Acesso em: 15 jul. 2025.

FRONCILLO, Adriano Vicente; ALMEIDA, Marco Antonio Bettine de. Análises sociais do impacto da construção do estádio do Corinthians para Itaquera. EFDeportes.com, Revista Digital, Buenos Aires, ano 18, n. 179, abr. 2013. Disponível em: <https://www.efdeportes.com/efd179/impacto-da-construcao-do-estadio-do-corinthians.htm>. Acesso em: 03 mai. 2024.

GAMBINI, Priscila Truviz Hottz. Municípios brasileiros na Rede Mercocidades: segurança jurídica às ações internacionais. 2008. 202 f. Dissertação (Mestrado em Direito) – Mestrado em Direito, Universidade Católica de Santos, Santos, 2008.

GIDDENS, Anthony. As consequências da modernidade. Tradução de Raul Fiker. São Paulo: Editora UNESP, 1991.

GOERCK, Arthur Losasso. O impacto social da construção do estádio do Corinthians no processo de desenvolvimento local do bairro de Itaquera. 2014. 73 f. Relatório Final de Iniciação Científica (Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica - PIBIC) – Escola de Administração de Empresas de São Paulo, Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 2014.

HARVEY, David. O Neoliberalismo: História e Implicações. São Paulo, Edições Loyola, 2008.

HONÓRIO, Karen dos Santos. O significado da Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana (IIRSA) no regionalismo sul-americano (2000-2012): um estudo sobre a iniciativa e a participação do Brasil. 2013. 133 f. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) – Programa de Pós-Graduação San Tiago Dantas, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2013.

INSTITUTO SOCIAL DO MERCOSUL. Mercocidades: uma rede estratégica para Assunção e outros municípios do Paraguai. Assunção, Paraguai: Instituto Social do Mercosul, 2019.

JADIEL, Celso. Entorno da Arena Corinthians: polo Institucional de Itaquera ganha uma UPA. Meu Timão, 3 set. 2016. Disponível em: https://www.meutimao.com.br/forum-do-corinthians/bate-papo-da-torcida/314459/entorno_da_arena_corinthians_polo_institucional_de_itaquera_ganha_uma_upa. Acesso em: 28 jun. 2025.

JESUS, Diego Santos Vieira de. A arte do encontro: a paradiplomacia e a internacionalização das cidades criativas. Revista de Sociologia e Política, v. 25, n. 61, p. 51–76, mar. 2017.

JUNQUEIRA, Danilo Fioretti. O legado dos megaeventos esportivos para a Educação Física escolar no Brasil. 2018. 24 f. Monografia (Licenciatura em Educação Física) – Faculdade de Ciências da Educação e Saúde, Centro Universitário de Brasília, Brasília, 2018.

KING, Anthony D. O que está acontecendo com a pesquisa sobre cidades mundiais? Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v. 23, n. 46, p. 247–260, jul./dez. 2010.

LAFER, Celso. Relações internacionais, política externa e diplomacia brasileira: pensamento e ação. Volume 2. Brasília, DF: Fundação Alexandre de Gusmão, 2018.

LEÃO, André Luiz Maranhão de Souza; FERREIRA, Bruno Rafael Torres; GOMES, Victor Pessoa de Mélo. Diferentes pesos de uma medida: controvérsia na escolha da Arena Paulista da Copa do Mundo 2014. PODIUM Sport, Leisure and Tourism Review 352 Vol.6, N. 4 Setembro/Dezembro. 2017.

LEFEBVRE, Henri. O direito à cidade. Tradução de Rubens Eduardo Frias. 5. ed. São Paulo: Centauro, 2008.

LEGADOS dos megaeventos esportivos. Rio de Janeiro: CONFEF: Ministério do Esporte, 2008.

LO BIANCO, Vittorio Leandro Oliveira. O legado dos megaeventos esportivos em questão: as mudanças ou as continuidades na cidade Rio de Janeiro pós-sede. 2010. 123 f. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas) – Instituto de Economia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.

MACIEL, D. Política externa no governo Lula (2003–2010): as relações entre Brasil e África. História Revista, Goiânia, v. 25, n. 2, p. 350–372, 2020. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/historia/article/view/63222>. Acesso em: 28 mai. 2025.

MARANGONI, Cecília Stephllay. O saldo da Copa do Mundo: os impactos sociais da renovação urbana em Itaquera - São Paulo. 2017. 90 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Franca, 2017.

MÈRCHER, Leonardo; FERREIRA, Ana Paula Lopes. Cidades globais: agentes determinantes na atuação da Rede de Mercocidades. Revista Relações Internacionais no Mundo Atual, n. 20, v. 1, 2015. p. 123–154.

MERCOCIDADES. Quem somos?. [S. l.: s. n.], [s.d.]. Disponível em: <https://mercociudades.org/pt-br/mercociudades/>. Acesso em: 04 mai. 2025.

MERCOCIDADES. Unidades Temáticas, Grupos e Comissões. [S. l.: s. n.], [s.d.]. Disponível em: <https://mercociudades.org/pt-br/estrutura-e-autoridades/tematicas/>. Acesso em: 02 mai. 2025.

NASCIMENTO, Douglas. O primeiro projeto de estádio do Corinthians em Itaquera. São Paulo Antiga, 10 set. 2010. Disponível em: <https://saopauloantiga.com.br/estadio-do-corinthians/>. Acesso em: 28 jun. 2025.

OHATA, Eduardo; FERNANDEZ, Martín. Reunião decide hoje o Itaquerão. Folha de S.Paulo, São Paulo, 5 nov. 2010. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/esporte/fk0511201005.htm>. Acesso em: 21 jun. 2025.

OLIVEIRA, Filipe Assunção de. Os extremos de Itaquera, São Paulo: o processo de transformação do espaço urbano da sede da Copa do Mundo de 2014. 2013. 119 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Geografia) – Departamento de Ciências Sociais e Letras, Universidade de Taubaté, Taubaté, 2013.

OLIVEIRA, Filipe Vieira de. "Itaquera para quem?": projetos urbanos e mudanças socioespaciais na periferia de São Paulo. 2015. 193 f. Dissertação (Mestrado em Ciências) – Escola de Artes, Ciências e Humanidades, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

PARTIDO SOCIAL DEMOCRÁTICO (PSD). "Ver a Copa do Mundo começar em Itaquera é um sonho realizado". 30 jun. 2014. Disponível em: <https://psd-sp.org.br/noticias/ver-a-copa-do-mundo-comecar-em-itaquera-e-um-sonho-realizado/>. Acesso em: 02 jul. 2025.

PECEQUILO, Cristina Soreanu; CARMO, Corival Alves do. A política externa brasileira nos governos Lula e Dilma (2003/2014): a América do Sul. Perspectivas, São Paulo, v. 50, p. 13–45, jul./dez. 2017.

PIMENTA, Gabriel Fernandes. Globalização e países emergentes: uma perspectiva das cidades globais. Conjuntura Internacional, Belo Horizonte, v. 10, n. 1, p. 51–62, 1. sem. 2013.

PORTO, L. P; CERON, L. F; & de ARAÚJO, L. E. B. Copa Do Mundo 2014: Análise Dos Impactos Ambientais, Econômicos E Sociais. Revista Eletrônica do Curso de Direito da UFSM, v.8, p. 437–446, 2013. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/revistadireito/article/view/8346>. Acesso em: 15 jul. 2025.

PRANCHA, João Coelho Pereira. Uma análise dos investimentos anunciados no Município de São Paulo, no contexto da cidade global. 2016. 136 f. Dissertação (Mestrado em História, Relações Internacionais e Cooperação) – Faculdade de Letras, Universidade do Porto, Porto, 2016.

REDAÇÃO SPORTBUZZ. NFL no Brasil: por que a escolha da Neo Química Arena?. Sportbuzz, 6 set. 2024. Disponível em: <https://sportbuzz.com.br/nfl/2024/09/06/nfl-no-brasil-por-que-a-escolha-da-neo-quimica-arena/>. Acesso em: 03 jul. 2025.

REDAÇÃO VEJA SÃO PAULO. Onde ir no Morumbi? Saiba endereços e atrações do bairro de SP. VEJA São Paulo, 29 dez. 2023. Disponível em:

<https://vejasp.abril.com.br/cultura-lazer/guia-roteiro-morumbi-sp/>. Acesso em: 21 jun. 2025.

REDAÇÃO. Quais são as estações da linha vermelha do Metrô?. [metrosp.blog.br](https://metrosp.blog.br/quais_sao_as_estacoes_da_linha_vermelha_do_metro.html), 30 set. 2024. Disponível em: https://metrosp.blog.br/quais_sao_as_estacoes_da_linha_vermelha_do_metro.html. Acesso em: 27 jun. 2025.

RODRIGUES, J. M. Mobilidade Urbana nos Megaeventos Esportivos: panorama crítico das ações e projetos para a Copa do Mundo 2014. In: SANTOS JUNIOR, O. A.; GAFFNEY, C.; RIBEIRO, L. C. de Q. (org.). Brasil: os impactos da Copa do Mundo 2014 e das Olimpíadas 2016. Rio de Janeiro, RJ: E-papers, 2015. p. 105–130.

RODRIGUEZ, Maria Elena; FERNÁNDEZ, Marta; OLIVEIRA, Renan Guimarães Canellas de. Caderno para entender o BRICS. Rio de Janeiro: BRICS Policy Center, 2024.

ROLNIK, Raquel. "Coisas nada civilizadas ocorrem quando um país prepara um megaevento". Entrevista concedida a Pedro Estevam da Rocha Pomar. Revista Adusp, [s. l.], p. 6–13, abr. 2012. Disponível em: https://www.adusp.org.br/files/revistas/52/r52_a1.pdf. Acesso em: 01 jul. 2025.

ROMERO, Rafaela Dias. Megaeventos esportivos, legados e transporte. 2011. XI, 158 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Transportes) – Programa de Pós-graduação em Engenharia de Transportes, Instituto Alberto Luiz Coimbra de Pós-Graduação e Pesquisa de Engenharia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.

SANTOS JUNIOR, Orlando Alves dos; GAFFNEY, Christopher; RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz (Org.). Brasil: os impactos da Copa do Mundo 2014 e das Olimpíadas 2016. Rio de Janeiro: E-papers, 2015. p. 542.

SANTOS, Jonatas Mendonça dos; FAUSTINO, Raphael Brito. Megaeventos esportivos como restrição do direito à cidade: Jogos Olímpicos e violação dos direitos humanos no Brasil. São Paulo: ANPUR, 2017. p. 1–18.

SANTOS, Milton. A urbanização brasileira. São Paulo: Hucitec, 1993.

SANTOS, Milton. Espaço e Método. São Paulo, Nobel, 1985.

SANTOS, Milton. Metamorfoses do espaço habitado: fundamentos teórico e metodológico da geografia. São Paulo: Hucitec, 1988.

SANTOS, Milton. São Paulo, metrópole internacional do Terceiro Mundo. Revista Do Departamento De Geografia, 7, 7-24, 1990. 24 p. Disponível em: <https://revistas.usp.br/rdg/article/view/53676>. Acesso em: 08 jul. 2025.

SANTOS, William Jorge Ferreira. As metamorfoses no espaço com o advento da Copa do Mundo no Brasil: estudos sobre o distrito de Itaquera-SP. 2011. 106 f.

Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Geografia) – Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Rio Claro, 2011.

SÃO PAULO (Estado). Decreto n. 57.932, de 2 de abril de 2012. Institui o Plano de Relações Internacionais 2011–2014 do Governo do Estado de São Paulo, e dá providências correlatas. 2 abr. 2012. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/2012/decreto-57932-02.04.2012.html>. Acesso em: 19 jun. 2025.

SÃO PAULO (Município). Lei nº 13.165, de 5 de julho de 2001. Legislação Municipal. São Paulo, 5 jul. 2001. Disponível em: <https://legislacao.prefeitura.sp.gov.br/leis/lei-13165-de-5-de-julho-de-2001/consolidado>. Acesso em: 19 jun. 2025.

SÃO PAULO (Município). Prefeito de São Paulo assume a presidência de Mercocidades, principal rede de governos locais da América do Sul. 23 nov. 2023. Disponível em: <https://prefeitura.sp.gov.br/w/noticia/prefeito-de-sao-paulo-assume-a-presidencia-de-mercocidades-principal-rede-de-governos-locais-da-america-do-sul>. Acesso em: 05 jul. 2025.

SÃO PAULO (Município). Prefeitura. Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Trabalho. Lei de Incentivos Fiscais para a construção da Arena de Itaquera. São Paulo, 8 ago. 2011. Disponível em: https://prefeitura.sp.gov.br/web/desenvolvimento/w/desenvolvimento_economico/31243. Acesso em: 20 jun. 2025.

SÃO PAULO (Município). Prefeitura. Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Trabalho. Arena de Itaquera. São Paulo, 8 ago. 2011. Disponível em: https://prefeitura.sp.gov.br/web/desenvolvimento/w/desenvolvimento_economico/31202. Acesso em: 15 mai. 2025.

SÃO PAULO (Município). Prefeitura. Secretaria Municipal de Relações Internacionais. Ações e programas. São Paulo, 16 jul. 2025. Disponível em: https://prefeitura.sp.gov.br/web/relacoes_internacionais/w/aceso_a_informacao/183155. Acesso em: 20 jun. 2025.

SÃO PAULO (Município). Secretaria Municipal da Saúde. Mapas Ilustrativos - Subprefeituras - CRS Leste. São Paulo, 16 jun. 2025. Disponível em: https://prefeitura.sp.gov.br/web/saude/w/epidemiologia_e_informacao/mapoteca/324920#ancora. Acesso em: 15 jul. 2025.

SÃO PAULO (Município). Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Trabalho. Pólo Institucional de Itaquera. São Paulo, 24 jan. 2012. Disponível em: https://prefeitura.sp.gov.br/web/desenvolvimento/w/zona_leste/polos/37342. Acesso em: 28 jun. 2025.

SÃO PAULO (Município). Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano; Assessoria Técnica de Operação Urbana. Pólo Institucional Itaquera: diretrizes de projeto urbanístico. São Paulo, 2012.

SASSEN, Saskia. Sociologia da globalização. Porto Alegre: Artmed, 2010. p. 85–112.

SASSEN, Saskia. The global city: introducing a concept. *Brown Journal of World Affairs*, v. 11, n. 2, p. 27–43. 2005.

SASSEN, Saskia. *The global city: New York, London, Tokyo*. Princeton: Princeton University Press, 1991.

SASSEN, Saskia. Una sociología de la globalización. *Análisis Político*, Bogotá, n. 61, p. 3–27, sept./dic. 2007.

SERAFIM, Daniel Sena. A representação da cena urbana do bairro de Itaquera a partir das narrativas dos operários que trabalham na Arena Corinthians. *Logos Dossiê*, São Paulo, n. 24, v. 1, ed. 40, 1. sem. 2014.

SERPA, Angelo. A paisagem periférica. In: YÁZIGI, Eduardo (Org.). *Turismo e paisagem*. 1. ed. São Paulo: Contexto, 2002. p. 161–179.

SILVA, Karina de Araujo Oliveira da. O multilateralismo em erosão: uma comparação entre a política externa do governo de Luís Inácio Lula da Silva (2003–2010) e do governo de Jair Messias Bolsonaro (2019–2022). *Revista Observatorio de la Economía Latinoamericana*, [S. l.], n. 11, v. 22, e197, out. 2024.

SILVA, Luciano Abbamonte da; PELAKAUSKAS, Thiago Vidal; ANTUNES, Júlio Curitiba. Arquiteturas do espetáculo em áreas periféricas: os casos da Arena Corinthians e Arena Pernambuco, Brasil. In: *Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional*, 17. Anais do XVII ENANPUR. São Paulo, 2017. p. 1–20. Disponível em: <https://anais.anpur.org.br/index.php/anaisenapur/article/view/2215>. Acesso em: 02 jul. 2025.

SILVA, Luiz Inácio Lula da. Pronunciamento do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na sessão solene de posse no Congresso Nacional. Brasília, DF, 1 jan. 2003. Disponível em: <https://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/luiz-inacio-lula-da-silva/discursos/discursos-de-posse/discorso-de-posse-1o-mandato>. Acesso em: 04 jul. 2025.

SILVA, Renata Freitas da. *Copa do Mundo de 2014: a política externa brasileira em perspectiva*. 2010. 58 f. Monografia (Especialização em Relações Internacionais) – Instituto de Relações Internacionais, Universidade de Brasília, Brasília, 2010.

SPORTV.COM. Andrés faz mistério sobre "naming rights" da Arena e diz temer apelidos. Rio de Janeiro, 13 nov. 2015. Disponível em: <https://sportv.globo.com/site/programas/selecao-sportv/noticia/2015/11/sanchez-faz->

misterio-sobre-naming-rights-da-arena-e-diz-temer-apelidos.html. Acesso em: 30 jun. 2025.

TAVARES, Otavio. Megaeventos Esportivos. Movimento, Porto Alegre, v. 17, n. 3, p. 11–35, jul./set. 2011.

TOLEDO, Luiz Henrique de. Quase lá: a Copa do Mundo no Itaquerão e os impactos de um megaevento na socialidade torcedora. Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, ano 19, n. 40, p. 14–38, jul./dez. 2013.

VAINER, Carlos B. Pátria, empresa e mercadoria: notas sobre a estratégia discursiva do Planejamento Estratégico Urbano. 4. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007. p. 75–104.

VIGEVANI, Tullo; CEPALUNI, Gabriel. A política externa de Lula da Silva: a estratégia da autonomia pela diversificação. Contexto Internacional, Rio de Janeiro, v. 29, n. 2, p. 273–335, jul./dez. 2007.

VISENTINI, Paulo Fagundes. A projeção internacional do Brasil: 1930–2012. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.